

2019

PROPOSTA PEDAGÓGICA

CENTRO EDUCACIONAL SÃO JOSÉ
CRE SÃO SEBASTIÃO



Pessoas que sabem as soluções já dadas são mendigos permanentes. Pessoas que aprendem a inventar soluções novas são aquelas que abrem portas até então fechadas e descobrem novas trilhas. A questão não é saber uma solução já dada, mas ser capaz de aprender maneiras novas de sobreviver.

Rubem Alves

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
HISTÓRICO DO CED SÃO JOSÉ	5
JUSTIFICATIVA	7
DIAGNÓSTICO	14
VALORES	16
OBJETIVOS E METAS	20
PLANEJAMENTO	23
EQUIPE MULTIPROFISSIONAL	31
RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS	36
ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR	38
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	72
CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
ANEXO I	82
ANEXO II	91
ANEXO III	95

APRESENTAÇÃO

Pensando na função social da Educação e no valor formativo e simbólico que a instituição Escola sempre representou para as sociedades e ainda, nos ideais dialéticos, construtivistas e sócio-históricos que regem a Escola contemporânea, compreendendo a importância do papel da educação no desenvolvimento dos seres humanos, baseada no desenvolvimento integral das pessoas e na importância do contexto social e das relações estabelecidas, a fim de se efetivar a formação do aprendiz na cidadania e para a cidadania, advém a necessidade de a escola construir sua Proposta Pedagógica.

Apesar de se constituir enquanto exigência normativa, a Proposta Pedagógica é antes de tudo um instrumento ideológico, político, que visa sobretudo, a gestão dos resultados de aprendizagem, por meio da projeção, da organização, e acompanhamento de todo o universo escolar. De acordo com Betini, “o projeto político-pedagógico (atualmente Proposta Pedagógica) mostra a visão macro do que a instituição escola pretende ou idealiza fazer, seus objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto no que se refere as suas atividades pedagógicas, como às funções administrativas. Portanto, o projeto político pedagógico (atualmente Proposta Pedagógica) faz parte do planejamento e da gestão escolar. A questão principal do planejamento é então, expressar a capacidade de se transferir o planejado para a ação. Assim sendo, compete ao projeto político pedagógico (atualmente Proposta Pedagógica) a operacionalização do planejamento escolar, em um movimento constante de reflexão-ação-reflexão.” (2005, p.38). A articulação entre o projeto político pedagógico (atualmente Proposta Pedagógica) , o acompanhamento das ações, a avaliação e utilização dos resultados, com a participação e envolvimento das pessoas, o coletivo da escola, torna-o eficiente e eficaz. Daí a notória ênfase dada pelos mecanismos legais à escola democrática. Conforme Veiga o PPP (atualmente PP) “É também um instrumento que identifica a escola como uma instituição social, voltada para a educação, portanto, com objetivos específicos para esse fim.” (p. 13, 2002).

Ao construirmos nossa Proposta Pedagógica levamos em conta a realidade que circunda a Escola e as famílias de nossos estudantes pois, certamente, a realidade social dos estudantes afeta a sua vida escolar, e os

dados levantados contribuíram para orientar todo o organismo escolar para os fins de tratar tais indícios com a devida relevância, transformando-os em currículo, objeto de planejamento e potencial de aprendizagem. Optamos também por salientar a historicidade da escola e o valor histórico-cultural que ela construiu e ainda representa na vida dos cidadãos da comunidade de São Sebastião. Dentro desta esfera ela é sem dúvida, um forte elemento da identidade local.

HISTÓRICO DO CED SÃO JOSÉ

O Centro Educacional São José foi inaugurado no dia 19 de março de 1998. Recebeu este o nome em homenagem a comunidade na qual está localizado, o bairro São José. Além disso, a data de sua inauguração coincide com a data de culto ao São José (considerado padroeiro dos trabalhadores e da família), tendo em vista que em 1870, o papa Pio IX o proclamou "O Patrono da Igreja Universal" e, a partir de então, passou a ser cultuado no dia 19 de março.

A construção da escola foi resultado da mobilização coletiva da comunidade no bairro São José. No ano de 1997 os moradores iniciaram as discussões no sentido de viabilizar a construção da escola. Naquele momento existia um programa do Governo do Distrito Federal denominado "Orçamento Participativo". A população valendo-se da prerrogativa de sugerir obras e serviços para o orçamento do governo, por unanimidade aprovou a construção do Centro Educacional São José.

Assim, seu ato de criação deu-se pela Resolução nº 6.178 do Conselho Diretor, datada em 05 de dezembro de 1997. A portaria 129 de 2.000 alterou sua nomenclatura de Centro de Ensino de 1º Grau São José para Centro de Ensino Fundamental São José. Já seu credenciamento ocorreu graças a Portaria nº 03 de 12 de janeiro de 2004, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em 21 de janeiro de 2004. Em 2016, a portaria 279 de 01 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal 167 de 02 de setembro de 2016, alterou sua nomenclatura para Centro Educacional São José.

Sua Unidade Executora, denominada Caixa Escolar do Centro de Ensino de 1º Grau São José foi constituída em 30 de abril de 1999, tendo como fundadores Elenice Berçot Ferreira, Célia Regina de S. Dias, Glauce Maia Lemos, Albertino Pereira N. Alencar. Atualmente, sua Unidade Executora denomina-se Caixa Escolar do Centro de Ensino Fundamental São José.

No ano de sua fundação, esta Unidade de Ensino, ainda denominada Centro de Ensino de 1º Grau São José, atendia turmas de Educação Infantil (3º período), Ensino Fundamental Anos Iniciais (de 1ª a 4ª série) e Anos Finais (de 5ª e 6ª séries), num total de 978 estudantes.

O CED São José representa um grande patrimônio para sua comunidade. No Censo Escolar de 2018 registrou um total de 1.783 estudantes matriculados em três turnos letivos. Seu horário de funcionamento é das 07h30min às 12h30min para o turno matutino, das 12h45min às 17h45min para o turno vespertino e das 19h00 às 23h00 para o turno noturno.

Atualmente oferta as modalidades de ensino regular 3º ciclo. 1º bloco (6º e 7º anos) e 2º bloco (8º e 9º anos), Ensino Especial e 2º e 3º segmentos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além de sua atuação como entidade de ensino, o CED São José desenvolve em conjunto com a sua comunidade o projeto social: Educação Inclusiva.

Nesse sentido, escola e comunidade se imbricam numa correlação de forças para preservar a escola, bem como, aperfeiçoar o rendimento escolar e, sobretudo, formar cidadãos competentes para a vida em sociedade.

JUSTIFICATIVA

DIREITO À EDUCAÇÃO

Inúmeras declarações, pactos, tratados, e convenções internacionais, demonstram o esforço no real estabelecimento de determinados direitos fundamentais do homem, como o da educação básica. Podemos citar como exemplos a Declaração Universal dos Direitos Humanos (“Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais”) e Declaração dos Direitos da Criança, que em seu princípio 7º garante à criança o direito a receber educação que a capacite e que desenvolva suas aptidões.

Em 1960 a Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino, em Paris, embasou o Decreto nº 63.223, de 6 de setembro de 1968. Em seu artigo IV, este decreto estabelece que os Estados participantes da Convenção devam “(...) formular, desenvolver e aplicar uma política nacional que vise a promover, por métodos adaptados às circunstâncias e usos nacionais, a igualdade de oportunidades e tratamento em matéria de ensino”.

O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, dita que a educação além de capacitar, deve “favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos”.

A Declaração Mundial de Educação para Todos, adotada na Conferência de Jomtien, em 1990, propõe a satisfação das necessidades básicas da aprendizagem, como a matrícula de todas as crianças em escolas regulares. Dez anos depois foi aprovada em Nova Iorque a Declaração do Milênio das Nações Unidas, através da qual foram estabelecidas as metas de garantir que, por exemplo, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico e que, até 2015, as crianças de todas as regiões do país, independentemente de cor/raça e sexo, concluam o ensino fundamental.

No âmbito interno, essa evolução se deu nos textos constitucionais e na legislação ordinária. Já a Constituição do Império, de 1824, no artigo 179,

XXXII, garantia “A Instrução primária, e gratuita a todos os Cidadãos”. Em 1891 foi promulgada a primeira Constituição Republicana, que incumbiu ao Congresso, através de seu artigo 35 “2º) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências(...), 3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados.”

Enquanto a Constituição de 34 garante que “a educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos” com “ensino primário integral e gratuito”, a de 1937 estabelece que “por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.” A Constituição de 1946 estabeleceu que “o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos”.

Nossa mais recente Constituição, promulgada em 1988, cita gestão democrática, atendimento a portadores de deficiência, oferta de ensino noturno regular, erradicação do analfabetismo, dentre outros. Algumas importantes emendas foram acrescentadas, como ingresso aos profissionais de educação na rede pública somente por concurso público, piso salarial e plano de carreira para esses profissionais, educação básica obrigatória e gratuita dos 04 aos 17 anos, universalização do ensino médio gratuito, educação infantil em creche e pré-escola até os 05 anos, programas suplementares de material escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde e novas formas de arrecadação e distribuição de recursos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conhecida como LDB, foi promulgada em 20 de dezembro de 1996, dispondo sobre todos os aspectos do sistema educacional brasileiro e seguindo as atualizações realizadas pelas emendas constitucionais.

Assim, atualmente no Brasil, os documentos que norteiam a educação básica são a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional em 26 de junho de 2014. Outros documentos fundamentais são a Constituição da República Federativa do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente. No campo da gestão, três programas foram implantados: O PDE (Plano de

Desenvolvimento da Escola), PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares.

Boa parte das políticas educacionais foi reorientada, a partir de 2003, pois o governo federal pautou sua atuação pelo princípio da defesa da educação de qualidade, a partir da inclusão e da democratização. Houve a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos, políticas de ação afirmativa e, de modo estrutural, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Define-se a educação básica como o caminho para assegurar a todos os brasileiros uma formação geral comum e que garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, assim como a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento.

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. Ter o domínio de conhecimentos sistemáticos é também um patamar *sine qua non* a fim de poder alargar o campo e o horizonte destes e de novos conhecimentos. (CURY, 2006, p. 5-6)

Assim, tanto quanto um direito, a educação é definida, em nosso ordenamento jurídico, como dever: direito do cidadão – dever do Estado, pois a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e um importante instrumento de melhoria social e de democratização de oportunidades.

PROPOSTA PEDAGÓGICA

Durante muito tempo a escola foi concebida para modelar as consciências dos estudantes. A educação servia somente como modo de reprodução das estruturas, normas e valores da sociedade. A educação transformadora tem outra finalidade. Através da discussão de assuntos relevantes para a vida em sociedade procura-se compartilhar com os estudantes os conhecimentos que lhes permitam conhecer, criticar e transformar a realidade em que vivem.

(...) a educação é entendida como processo amplo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem, e a escola, como lócus privilegiado de produção e apropriação do saber, cujas políticas, gestão e processos se organizam, coletivamente ou não, em prol dos objetivos de formação. (DOURADO, 2007, p. 923)

Assim, em face da aspiração de educação para todos e da profunda modificação da natureza do conhecimento e do saber, a escola vem sendo questionada acerca de seu papel ante todas as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Estas alterações criam novas demandas para a escola, como o estabelecimento de objetivos educacionais mais compatíveis com o mercado de trabalho; o estabelecimento de habilidades e competências que tornem os estudantes mais polivalentes para a futura vida profissional; a instituição de práticas docentes e de gestão escolares mais compatíveis com a nova sociedade do conhecimento e da informação; as alterações nas metodologias adotadas pelos docentes, com um planejamento mais detalhado e desenvolvimento dos seus trabalhos pedagógicos baseados em objetivos extremamente delineados.

De acordo com Mortimore (1991), escola eficaz é aquela que viabiliza que seus alunos apresentem desempenho educacional além do esperado, face à origem social dos alunos e à composição social do corpo discente da escola. (FRANCO et al., 2007, p. 280)

Dessa forma, as escolas devem se ajustar às mudanças em curso fazendo com que a construção da Proposta Pedagógica da unidade escolar represente o que a escola realmente é, o que a caracteriza e orienta suas ações educativas, mostrando sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Deste modo, deve expor o âmago, a essência e o propósito

do trabalho escolar, contemplando os fins sociais e pedagógicos da escola, a atuação e autonomia escolar.

Ao elaborar um projeto, busca-se priorizar a construção coletiva, com a participação dos vários agentes que representam o propósito e a demanda do serviço, como um instrumento fundamental para a construção da democracia social. Com esta prática, evita-se uma centralização excessiva, bem como, compartilha-se o desenvolvimento e a materialização da ação proposta. Essa reflexão coletiva da escola é necessária para que exista um compromisso de todos a respeito dos princípios que vão orientar o trabalho escolar, considerado em sua especificidade. Os resultados oriundos dessa prática são legitimados pelo seu meio social, pois de forma explícita ou tácita, tal ato reflete uma ação conjunta e cooperativa da comunidade.

Para a elaboração da Proposta Pedagógica, que Vasconcelos (2006) também chama de Planejamento da Escola, devemos levar em consideração as políticas educacionais determinadas pelo Ministério da Educação, Secretaria de Educação do DF e Coordenação Regional de Ensino (que englobam o Planejamento do Sistema de Educação e Planejamento Curricular).

Em consonância com esta premissa, o CED São José empenha-se na proposta de estabelecer compromissos compartilhados com a comunidade escolar. Ensejando uma integração sólida e eficaz entre os agentes públicos e sociais constituindo uma performance satisfatória e multilateral. Como co-autores das decisões institucionais, o CED São José estabelece um relacionamento sólido e integrado entre a escola e sociedade, compartilhando não apenas as decisões, mas em especial as responsabilidades pelas ações compreendidas.

A multiplicidade de informações e experiências é trazida para o âmbito escolar pela comunidade, compondo um colegiado comunitário deliberativo conjuntamente com os gestores e docentes da unidade de ensino. Esta atuação sinaliza para a comunidade um fórum de debates e discussões afirmativas, priorizando os seus resultados na forma de projetos e ações proativas. O resultado da participação efetiva da comunidade escolar nas deliberações da escola tem provocado transformações qualitativas importantes na gestão da unidade. Por conseguinte, verifica-se no cotidiano da escola um maior empenho no desenvolvimento dos projetos, bem como, um maior

cuidado com a preservação e manutenção das instalações físicas da unidade de ensino.

Na realidade do Centro Educacional São José, a proposta é elaborada numa perspectiva polissêmica, envolvendo tanto condições intra como extra-escolares, suas especificidades estruturais e o perfil sócio-econômico da sua comunidade, que são elementos indispensáveis na elaboração de um planejamento localizado. A concepção dessa proposta pedagógica reflete as características contextuais, bem como os anseios de todo os atores envolvidos direta ou indiretamente em nossa comunidade escolar.

Mas é preciso considerar que, na condição de uma instituição social, cada escola desenvolve ritos e práticas exercidos pelos atores que, no seu interior, ou mesmo no seu entorno, desempenham papéis e funções distintos: grupo de gestores, professores, alunos, funcionários, pais, comunidade. De um lado, esses ritos e práticas possuem uma direta vinculação com a história da escola, com as características da comunidade em que se insere, com as formas de percepção da realidade dos que a fazem e das relações que estabelecem entre si. De outro lado, é a institucionalização daquelas práticas que torna a escola uma instituição social, forjando as regras pelas quais ela exerce os seus papéis fundamentais: criação e transmissão de saberes, socialização dos futuros cidadãos, desenvolvimento de competências profissionais, tudo de acordo com seus limites e possibilidades. (AZEVEDO)

A premissa norteadora que sustenta o planejamento, aplicabilidade, controle e sustentabilidade dessa proposta é exatamente a fidedignidade com a sua realidade, sem mascaramento nem tampouco utopismo da mesma. O esforço maior ao iniciar as discussões em torno do direcionamento que este documento seguiria foi, exatamente, construir uma proposta assentada em pressupostos exequíveis, ou seja, que sirva de parâmetro concreto para o desenvolvimento das ações pedagógicas, administrativas e financeiras na unidade de ensino.

Nesse sentido, todos os elementos constitutivos dessa proposta estão, essencialmente, atrelados às idiosincrasias de sua comunidade local. Obviamente, que em uma comunidade, até mesmo pela dimensão espacial e cultural que ela abrange, não é possível contemplar o todo. Todavia, as singularidades associativas que confere a esse contingente de indivíduos o status de comunidade, estão contempladas na estruturação da proposta.

Veiga (2007) cita os elementos essenciais para composição da Proposta Pedagógica:

Pelo menos sete elementos básicos podem ser apontados: as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho, a avaliação. (VEIGA, 2007, p. 22)

Esta mesma autora relata os níveis de organização de tal projeto:

“De modo geral o projeto político pedagógico (atualmente Proposta Pedagógica) tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a condição de totalidade (...)” (VEIGA, 2007, p. 13-14)

Numa perspectiva sistêmica, a escola representa uma instituição que se sustenta a partir dos vários núcleos que a compõe. O núcleo pedagógico, seguramente, é aventado como o mais importante, até mesmo, por ser esta a atividade fim da escola. Contudo, sem um aparato administrativo que desenvolva as atividades de registros, escrituração e pessoal, a tão almejada qualidade pode ser prejudicada pela ausência desses serviços. Além disso, a gestão dos repasses de recursos financeiros às escolas, com os procedimentos de controle, destinação do erário público com responsabilidade e transparência na prestação de contas, promovem melhores condições materiais e estruturais para a perfeita consecução da proposta pedagógica.

(...) a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento de variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e muito menos sem tais insumos (...). Desse modo, a qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação à aprendizagem das crianças, etc. (DOURADO, OLIVEIRA E SANTOS, 2007, p.9).

Em síntese, ainda que o foco da proposta pautar-se na elevação da qualidade do ensino e da aprendizagem, torna-se insuficiente se não levar em consideração os demais aspectos com os quais interagem.

DIAGNÓSTICO

Em relação aos índices de aprovação, reprovação e evasão, dados do Censo Escolar 2018 revelam a seguinte realidade da escola para o Ensino Fundamental:

ANO	TOTAL DE ESTUDANTES	APROVADOS	REPROVADOS	EVASÃO
6º	285	277	00	08
7º	331	305	10	16
8º	221	206	03	12
9º	269	257	06	06
Total	1.106	1.045	19	42

Fonte: Censo 2018. Elaboração Própria

Assim, o percentual de aprovações do Ensino Fundamental foi de 94,48% e o de reprovações 1,72%, índice menor do que a taxa de repetência média do Distrito Federal nos anos finais do Ensino Fundamental. Já a taxa de evasão alcançou 3,79%.

Dos 25 estudantes inseridos no Ensino Especial, 22 permaneceram em processo, sendo rematriculados nas mesmas turmas no ano letivo de 2019 e 03 estudantes foram incluídos em turmas regulares.

Ao analisarmos os dados da Educação de Jovens e Adultos (EJA), os dados são:

SÉRIE	TOTAL DE ESTUDANTES	APROVADOS	REPROVADOS	EVASÃO
5ª etapa 2º segmento	57	18	10	29
6ª etapa 2º segmento	66	29	14	23
7ª etapa 2º segmento	82	33	19	30
8ª etapa 2º segmento	69	45	07	17
1ª etapa 3º segmento	112	66	27	19
2ª etapa 3º segmento	127	84	20	23
3ª etapa 3º segmento	139	111	09	19
Total	652	386	106	160

Fonte: Censo 2018. Elaboração Própria

O índice de aprovação para o 2º segmento do EJA foi de 45,62% e o de reprovação 16,78%. Já para o 3º segmento, a aprovação alcançou 42,59%, a reprovação 14,81%. No total, a Educação de Jovens e Adultos desta Unidade de Ensino apresenta 59,20% de aprovação e 16,25% de reprovação.

VALORES

FUNÇÃO SOCIAL

O significado etimológico da palavra educação é apenas o processo de conduzir, guiar ou criar. Quando pensamos no produto desse processo, falamos em educação como uma atividade de modelar, formar, moldar - isto é, ajustar à forma padrão da atividade social.

A escola, em todos os níveis e modalidades da Educação Básica, tem como função social formar o cidadão crítico e bem informado, capaz de compreender e atuar no mundo em que vive.

Assim, o papel da ação educativa é formar um cidadão que tomará parte do espaço público. Não somente o desenvolvimento individual do estudante. É através da educação que serão transmitidas as ideias de moral, hábitos e sentimentos, tornando o ser apto a conviver em sociedade.

"A construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios — sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento — que balizam a conduta do indivíduo num grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela", escreveu Durkheim.

Para isso, é indispensável socializar o saber sistematizado, historicamente acumulado, como patrimônio universal da humanidade, fazendo com que esse saber seja criticamente apropriado pelos estudantes, e interligado ao saber popular que trazem consigo.

A interligação e a apropriação desses saberes pelos estudantes e pela comunidade local representam um elemento decisivo para o processo de democratização da própria sociedade.

A Proposta Pedagógica é entendida sempre como processo, resultante dos significados construídos socialmente que, ao mesmo tempo em que se apóia no conhecimento e na trajetória historicamente construídos, faz uma projeção de futuro, é ao mesmo tempo instituído e instituinte. A proposta pedagógica e a avaliação institucional se configuram como estratégias

primordiais na gestão da ação educativa que objetive a conquista de uma maior autonomia com vistas à construção da identidade institucional.

PRINCÍPIOS

Os princípios epistemológicos da proposta pedagógica que se pretende desenvolver fundamentam-se em três dimensões a partir de Boff (1999) e Schulze (2006): visão de homem, concepção de educação, contexto-sócio-histórico e cultural. Entende-se como visão de homem um ser capaz de transformar-se e transformar o contexto em que vive fundamentado em uma dimensão ética e estética, buscando uma perspectiva de relação harmoniosa com o outro e com o mundo natural. Compreende-se como concepção de educação o desenvolvimento integral do ser humano, no contato com o outro, transcendendo fronteiras em benefício de uma coletividade. Define-se como contexto sócio-histórico e cultural num espaço de interação e de confluência das estruturas sócio-político-econômicas e culturais nos níveis global e local em que os sujeitos, de forma crítica, possam integrar-se em contextos mutantes.

Assim, os princípios epistemológicos e as questões de contextualização podem ser apresentados como:

- Enfoque nos problemas sociais emergentes contextualizados regionalmente;
- Interatividade, compartilhamento e cooperação a partir das relações entre os múltiplos agentes educacionais;
- Enfoque no desenvolvimento do estudante em sua totalidade, considerando aspectos como inclusão, diversidade, multiculturalismo, dentre outros;
- Será uma proposta construída a partir dos saberes da experiência sócio-histórica e cultural, do aprendiz, da instituição e da comunidade;
- Atividades que permitam a superação da dicotomia teoria/prática desde o início do ano letivo;
- Cultura de avaliação da aprendizagem, do aprendiz, do educador e da instituição;
- Formação teórico-prática, com base histórica, filosófica, psicológica e sociológica, permitindo a compreensão concreta dos problemas da educação formal e informal;

- Ênfase na capacidade de atualização e construção dos novos conhecimentos, mediante pesquisa e apropriação das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação;
- Concepção de formação ao longo da vida, nos mais variados espaços e tempos.

A proposta pedagógica do CED São José, no campo epistemológico educacional sustenta o seu planejamento nas premissas abaixo elencadas:

- **Teórica:** domínio de conhecimentos científicos para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com base na articulação teórico-prático que possibilite a compreensão de como se dá a aquisição, a produção e a socialização do conhecimento, enquanto processo coletivo de construção, e de seus fundamentos históricos, políticos e sociais. Uma "sólida formação teórica"
- **Prática:** capacidade de pensar, coordenar, propor, orientar e executar o trabalho pedagógico no âmbito da escola, dos sistemas de ensino ou em outros contextos organizacionais, educacionais e culturais, envolvendo diferentes sujeitos, seja individual ou coletivo, compreendendo os problemas fundamentais do processo ensino-aprendizagem. O trabalho docente como base da formação profissional e princípio educativo e a ênfase na pesquisa e na extensão, como prática social, são fundamentais aqui.
- **Político-social:** compreensão de que a prática profissional está inserida num contexto social mais amplo, o que requer a vinculação do projeto educativo a projeto político-social, comprometido com a construção de uma sociedade autônoma e incluyente. A gestão democrática, como instrumento de luta contra a gestão autoritária na escola, e o compromisso ético do profissional da educação, com ênfase na concepção sócio-

histórica da sociedade, faz-se imprescindível para essa compreensão.

- **Interrelacional:** compreensão do trabalho coletivo e interdisciplinar, entre estudantes e entre professores, como eixo norteador do trabalho docente e da redefinição da organização curricular dos profissionais como seres sociais que se entendem a si mesmos e ao seu grupo social na dinâmica afetiva.

OBJETIVOS E METAS

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

- Estimular a participação coletiva no ordenamento e direcionamento da gestão escolar.
- Desenvolver estratégias interventivas e facilitadoras para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem.
- Promover uma otimização das atividades administrativas e de escrituração escolar, visando um atendimento de qualidade à comunidade escolar.
- Tornar a escola, efetivamente, em um espaço de socialização a toda comunidade escolar.
- Atender o estudante com necessidade especial, auxiliá-lo em seu trabalho de superação das condições limitantes, ajudá-lo a criar uma auto-imagem positiva e uma visão de mundo realística e possibilitar-lhe aceitar-se, enquanto ser diferente.
- Desenvolver atividades pedagógicas valorizando a diversidade do contrato local, visando estimular uma relação de integração e pertencimento da comunidade à escola.
- Oferecer atividades formativas, profissionalizantes e culturais no sentido de complementar as atividades curriculares.
- Aperfeiçoar, na unidade de ensino, os espaços destinados ao incentivo à leitura, desenvolvimento artístico, cidadania, bem como a produção de conhecimento.
- Garantir processos participativos e democráticos que contribuam para a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, valorizando a diversidade, a cidadania e a sustentabilidade humana.
- Integrar o Conselho Escolar como agente deliberativo e mediador entre a escola e a comunidade escolar, além de fiscalizador da utilização dos recursos financeiros, propiciando a prática dialógica entre os diversos segmentos da comunidade escolar e da sociedade civil.

- Elaborar um cronograma de eventos culturais considerando as atividades comemorativas, cívicas e desportivas destinadas a toda coletividade escolar.
- Planejar ações que promovam a abordagem de temáticas transversais de acordo com o contexto, perfil e a realidade dos estudantes e sua comunidade.
- Estabelecer ações facilitadoras e de controle de qualidade do trabalho realizado por todos os atores envolvidos no desenvolvimento e aplicação das ações pedagógicas.
- Constituir parcerias com outros segmentos sociais, buscando dinamizar uma maior participação da comunidade na conservação do espaço público e coletivo da escola.
- Promover reuniões bimestrais com a comunidade escolar, objetivando um balanço e aperfeiçoamento do planejamento adotado.

METAS

- Elaboração do Regimento Interno do CED São José, baseado no Regimento Escolar e com participação de todos os atores do processo educacional.
- Proceder reuniões ordinárias com o Conselho Escolar, ou quando necessário, construindo uma agenda propositiva, envolvendo todos os segmentos do ambiente escolar.
- Organizar uma equipe de Coordenação Pedagógica atuante e focada na busca permanente do aprimoramento e controle do processo formativo.
- Aperfeiçoar a qualidade dos serviços tecnológicos administrativos adotando o uso de novas tecnologias, arquivo e organização do expediente.
- Reestruturar a sala de leitura aperfeiçoando seu espaço físico, bem como ampliando seu acervo bibliográfico.
- Incorporar a *internet* como recurso pedagógico para a prática docente, ampliando o número de equipamentos de informática e mídia às salas

de aula, até que todas elas possuam equipamentos de multimídia e acesso *online* aos professores.

- Promover ao longo do ano letivo ações direcionadas conjuntamente com o Conselho Escolar de integração e participação na rotina escolar.
- Incentivar a formação continuada de professores e os estimular a participar ativamente das oficinas realizadas na Instituição Educacional.
- Estimular a participação de funcionários em cursos, oficinas e palestras oferecidas por outras instituições.
- Desenvolver, conjuntamente com os professores, coordenadores e a comunidade com um todo, um calendário de eventos festivos, cívicos, comemorativos e desportivos a ser realizado durante o ano letivo de 2019.
- Construir uma pauta voltada ao contexto da escola, suas qualidades, dificuldades e vulnerabilidades, incorporando uma linha de diagnósticos e ação voltada a temáticas transversais de forma permanente.
- Compor uma equipe de apoio e monitoramento pedagógico que forneça ao corpo docente e discente respaldo em suas atividades, bem como auxilie a direção no controle e aplicação do planejamento pedagógico, otimizando recursos e promovendo redução da defasagem escolar, repetência, evasão e o desnivelamento idade-ano.
- Acompanhar sistematicamente a frequência de todos os estudantes matriculados no Ensino Fundamental. Para aqueles com 03 faltas consecutivas ou 05 faltas alternadas e injustificadas buscar-se-á meios de comunicação com a família/Conselho Tutelar para estimular a frequência escolar e diminuir índices de evasão para menos de 3%.
- Realizar, ao longo do ano letivo, com o propósito pautado numa gestão compartilhada, reuniões, encontros, palestras e debates periódicos com intuito de fazer desses encontros momentos reflexivos, deliberativos e de troca de experiências.

PLANEJAMENTO

A concepção de um plano de trabalho de qualidade deve se constituir, essencialmente, a partir de um conhecimento mínimo de objeto a ser planejado. Quanto maior a familiaridade com o caminho a ser percorrido, maior, também, será a capacidade de possíveis adaptações, transformações e até mesmo em função do objetivo proposto redefinir o itinerário do planejamento.

Como instrumento capaz de orientar a viabilidade de execução de qualquer trabalho, o planejamento se configura indispensável aos objetivos e metas elaborados nesse plano de ações. O conceito de Gestão Escolar - relativamente recente - é de extrema importância, na medida em que desejamos uma escola que atenda às atuais exigências da vida social: formar cidadãos, oferecendo, ainda, a possibilidade de apreensão das competências necessárias e facilitadoras da inserção social.

Para fim de melhor entendimento, costuma-se classificar a Gestão Escolar em áreas, funcionando interligadas, de modo integrado ou sistêmico:

- Gestão de Recursos Humanos
- Gestão de Recursos Pedagógicos
- Gestão do Ambiente Físico
- Gestão Administrativa;
- Gestão de Recursos Financeiros.

1. Gestão de Recursos Humanos

A gestão de pessoal (estudantes, equipe escolar, comunidade) constitui a parte mais sensível de toda a gestão. Sem dúvida, lidar com pessoas, mantê-las trabalhando satisfeitas, rendendo o máximo em suas atividades, contornar problemas e questões de relacionamento humano faz da gestão de recursos humanos o fiel da balança - em termos de fracasso ou sucesso - de toda formulação educacional a que se pretenda dar consecução na escola.

Direitos, deveres, atribuições - de professores, corpo técnico, pessoal administrativo, estudantes, pais e comunidades - estão previstos no Regimento

Escolar. Baseado nele, o Regimento Interno tem de ser elaborado de modo coletivo e equilibrado, não tolhendo demais a autonomia das pessoas envolvidas com o trabalho escolar, nem deixando lacunas e vazios sujeitos a interpretações ambíguas, a gestão de recursos humanos se torna mais simples e mais justa.

No âmbito da gestão dos recursos humanos, o direcionamento das ações desta proposta pedagógica procurará privilegiar a formação continuada de seus membros (professores, auxiliares de educação, e demais servidores lotados na instituição de ensino).

Desenvolver o capital humano significa desenvolver as competências individuais. Para isso promoveremos a qualificação dos recursos humanos, com ampla divulgação de cursos e palestras de formação continuada, assim como a realização dos mesmos no próprio ambiente escolar. O estabelecimento de parcerias com outras instituições (EAPE, SENAC, SESI, UnB, etc.) também faz da unidade escolar uma fomentadora e facilitadora para o pleno desenvolvimento dessa premissa.

Tal proposta está focada numa mudança de atitude no sentido do desenvolvimento de recursos humanos com maior grau de responsabilização, orientados não apenas para o cumprimento de objetivos e índices previamente negociados, mas igualmente com uma crescente autonomia e liberdade de ação, condições indispensáveis para o desenvolvimento de atos criativos.

A meta de tal empenho na gestão dos recursos humanos tem por objetivo produzir nos próximos dois anos uma integração dos vários atores envolvidos na comunidade escolar para o cumprimento dos índices instituídos pelo governo federal e local.

2. Gestão de Recursos Pedagógicos

A gestão pedagógica é o lado mais importante e significativo da gestão escolar. Cuida de gerir a área educativa, propriamente dita, da escola e da educação escolar. Estabelece objetivos para o ensino, gerais e específicos. Define as linhas de atuação, em função dos objetivos e do perfil da comunidade e dos estudantes. Propõe metas a serem atingidas. Elabora os

conteúdos curriculares. Acompanha e avalia o rendimento das propostas pedagógicas, dos objetivos e o cumprimento de metas. Avalia o desempenho dos estudantes, do corpo docente e da equipe escolar como um todo.

Suas especificidades estão enunciadas no Regimento Escolar e na Proposta Pedagógica da escola. Parte do Plano Escolar (ou Plano Pedagógico de Gestão Escolar) também inclui elementos da gestão pedagógica: objetivos gerais e específicos, metas, plano de curso, plano de aula, avaliação e treinamento da equipe escolar.

No campo pedagógico toda ação será convergida no sentido do aprimoramento da qualidade de ensino. Contudo, para realização dessa meta, um grupo de trabalho permanente deve monitorar a frequência, estudantes com problemas de aprendizagem ou necessidades especiais e a defasagem relacionada ao fator idade-ano do estudante.

Nesse sentido, a meta em reduzir os índices de reprovação, defasagem, bem como de melhorar a qualidade de ensino, deve ocorrer pela via do diagnóstico, planejamento, execução, monitoramento e intervenção nas atividades desenvolvidas.

Na esfera do planejamento pedagógico, uma interlocução entre a coordenação, professores e estudantes, observadas as especificidades do contexto, norteou a elaboração da proposta pedagógica adotada pela escola. O Diretor é o grande articulador da Gestão Pedagógica e o primeiro responsável pelo seu sucesso. É auxiliado nessa tarefa por uma equipe pedagógica formada por cinco coordenadores e cinco supervisores, equipe esta dividida em dois turnos de trabalho (diurno e noturno). Ambas terão as mesmas atribuições que num primeiro momento vão auxiliar na execução do planejamento e posteriormente adotar, se necessário, as outras etapas do processo.

No caso dos estudantes diagnosticados com dificuldades de aprendizagem, ações interventivas serão implementadas para resolução do problema. Os estudantes com necessidades especiais serão incluídos em salas regulares obedecendo a uma redução da turma em 20% como determina a legislação. Todavia dos estudantes especiais terão a disposição na unidade de ensino uma sala de apoio (Sala de Recursos) destinada à complementação

formativa interdisciplinar como, também, um pólo de apoio aos pais e professores.

Essas medidas visam ao longo do ano reduzir os índices negativos de acordo com o termo de compromisso assinado junto à Secretaria de Educação e ao Ministério da Educação.

3. Gestão do ambiente físico

Outra ação de suma importância é garantir aos estudantes e professores as condições materiais e físicas necessárias à plena realização das atividades de ensino-aprendizagem. A qualidade do ambiente escolar e de suas instalações físicas são fatores importantes para a oferta de ensino de qualidade.

No tocante às *instalações gerais* das escolas, vale a pena retomar o emprego dialético do conceito de *igualdade de condições de recursos*, posto que um padrão de qualidade em instalações escolares deveria envolver projetos de construção adequados à clientela, isto é, padrões que considerem a idade e a altura dos alunos, o clima da região, o tempo que os alunos passam na escola (parcial ou integral) e, sobretudo, as necessidades do processo de ensino e de aprendizagem. De modo geral, a adequação das instalações gerais, em termos de padrões mínimos de qualidade, requer, por parte dos usuários da escola e da comunidade, uma avaliação positiva. (DOURARO, OLIVERA E SANTOS, 2007, p. 18)

Ambientes planejados e limpos, com conservação das suas estruturas, devem se adequar às necessidades da comunidade escolar. A lógica da organização dos ambientes deve levar em conta as especificidades culturais e formativas de cada etapa da escolarização, assim como garantir a acessibilidade e a fácil locomoção aos portadores de necessidades especiais. Além disso, deve haver a disponibilidade de espaços adequados à realização de outras atividades de ensino, lazer e recreação, práticas desportivas e culturais, festividades e reuniões com a comunidade.

O espaço da Sala de Leitura deve ser amplo, iluminado e arejado, sendo apropriado para consulta ao acervo e leitura, estudo individual e em grupo, pesquisa com acesso à internet. Além disso, se faz necessária a constante

ampliação do acervo bibliográfico, para manter a quantidade e qualidade de atendimento aos estudantes, professores e comunidade.

A melhoria do ambiente multiuso, manutenção da iluminação da quadra poliesportiva, aquisição de novos materiais esportivos e de educação artística, ampliação e atualização dos recursos de informática, mídia e acesso à internet são outros fatores para uma prática pedagógica mais eficaz.

4. Gestão administrativa

No campo administrativo, a estratégia de trabalho consiste, basicamente, na otimização das atividades relacionadas à escrituração escolar (legislação escolar, direitos e deveres, atividades de secretaria), assim como gestão dos recursos humanos (folha de pagamento, atestados médicos, abonos, etc), emissão de relatórios, elaboração de dados estatísticos e comparativos, dentre outros.

O planejamento organizacional representa a qualquer atividade a ser desenvolvida a diferença entre o fracasso e o sucesso. Administrativamente as pretensões imediatas serão pautadas num melhor aparelhamento das condições materiais de trabalho. Suas especificidades estão enunciadas no Plano Escolar e no Regimento Escolar.

Nesse sentido, todos os procedimentos relacionados como atribuições da área administrativa serão integralmente informatizados, desde a emissão de um simples relatório, bem como operações mais complexas como pagamentos e controle de frequência de servidores e professores. Em relação a organização e controle de arquivos será criado um arquivo permanente para aliviar o acúmulo de documentos em espaços necessários ao ordenamento do expediente.

Os procedimentos de escrituração escolar são indispensáveis em uma unidade de ensino. Todo processo avaliativo desenvolvido pelos professores e documentado em diários são repassados para a secretaria da escola para o devido registro legal em consonância com a legislação como, também, convertidos em documentos públicos destinados à comunidade escolar.

Portanto, a ampliação de funcionamento da secretaria, inclusive em horário noturno, possibilita à comunidade uma maior acessibilidade e conforto na utilização desses serviços.

Em se tratando da dinâmica do trabalho de escrituração escolar, uma conexão das redes de informática local, aquisição de impressoras mais velozes e outros materiais de processamentos de dados trarão mais agilidade e eficácia ao serviço.

5. Gestão de Recursos Financeiros

No campo financeiro, o maior empenho que uma estratégia pode estabelecer é a transparência e lisura no gerenciamento e aplicação dos recursos. De acordo com a legislação regulamentadora para a gestão dos recursos financeiros a serem repassados para as unidades executoras, tais recursos serão geridos no sentido de viabilizar dentro dos prazos estabelecidos a realização dos objetivos e metas presentes no planejamento escolar.

5.1. Gestão de recursos do PDAF

A proposta pedagógica do CED São José, no que tange os recursos financeiros, compromete-se a zelar pela sua boa aplicação de acordo com as deliberações da Unidade Executora em conjunto com o Conselho Escolar e toda comunidade. A descentralização dos recursos provenientes do Programa de Descentralização Administrativo e Financeira (PDAF) é promovida mediante a celebração de Termo de Responsabilidade entre a Unidade Executora e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Os objetivos a serem atingidos em razão do PDAF devem estar sempre em consonância com o Termo de Compromisso assumido pela Equipe de Gestão da Unidade de Ensino e com a Ata de Prioridades elaborada anualmente. Nesse sentido, a gestão dos recursos financeiros atuará para viabilizar as condições administrativas e pedagógicas da Instituição Educacional em consonância com as metas e parâmetros de qualidade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. A aplicação dos recursos do PDAF obedecerá aos critérios do

decreto Nº 33.867, de 22 de agosto de 2012 e Portaria nº 33, de 06 de fevereiro de 2019, ou de outra norma regulamentar da Secretaria de Estado de Educação do DF.

O acompanhamento da utilização dos recursos do PDAF é feito com base nas informações contidas em Relatórios-Síntese de Execução Quadrimestral (RSEQ), elaborados pela Unidade Executora (aqui denominada Caixa Escolar do CEF São José), e entregues até o primeiro dia útil subsequente aos meses de abril, agosto e dezembro, respectivamente. Esses documentos são analisados pelo foro representativo da respectiva comunidade escolar. Após análise do foro representativo, a UEx encaminha RSEQ à CRE, para ratificação ou retificação do mesmo.

O controle da utilização dos recursos do PDAF será feito com base nas informações contidas nos documentos da Prestação de Contas elaborados pelas UEx e entregues à CRE de São Sebastião. As Prestações de Contas deverão atender às normas da SEE-DF e da Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, obedecendo aos princípios fundamentais de contabilidade.

5.2. Gestão do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos.

O dinheiro garante maior autonomia da gestão, já que é utilizado de acordo com as necessidades físicas e pedagógicas da escola, sendo destinado à aquisição de material permanente; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação de aprendizagem; implementação de projeto pedagógico; e desenvolvimento de atividades educacionais

O principal objetivo do programa é a melhora da aprendizagem dos estudantes elevação dos índices de desempenho da educação básica. As prioridades são definidas com a comunidade escolar. Para que se atenda o

maior número de estudantes possível, não basta apenas ouvir os professores, mas também representantes de estudantes e pais e os funcionários.

A organização acima - gestões de recursos humanos, pedagógicos, do ambiente físico, administrativos e de recursos financeiros - correspondem a uma formulação teórica, explicativa, pois, na realidade escolar não podem ser separadas, mas, isto sim deve atuar integradamente, de forma a garantir a organicidade do processo educativo.

Para isso as ações devem se basear tal qual no gráfico abaixo:



Fonte: <http://exportacoes-pmes.blogspot.com/2010/09/competencia-essencial-da-empresa-e-as.html>

A proposta pedagógica assume uma conotação ambivalente no âmbito da Unidade de Ensino. Em alguns tópicos sua amplitude é panorâmica, observado as questões estruturais e sociais de sua comunidade. Já em outros, processa uma leitura parcimoniosa dos vários elementos e atores constitutivos do funcionamento das ações, bem como dos resultados obtidos pela escola.

EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

A educação acontece em todos os campos da unidade escolar, sendo protagonizada por todos aqueles que, intencionalmente, transformam sua rotina de trabalho em ações educativas. Dessa forma, são considerados profissionais da educação todos os servidores envolvidos direta ou indiretamente nos processos educativos e de gestão da escola, independentemente de suas frentes de atuação.

- *Diretor Escolar:* deve administrar todos os assuntos técnicos, administrativos, financeiros e pedagógicos, de modo a facilitar a atividade principal da escola, a da aprendizagem. O diretor deve estar familiarizado como os regulamentos administrativos e procedimentos burocráticos e políticos. Mas, diretor deve ser em primeiro lugar e acima de tudo, o líder dos professores para propiciar aos docentes a produção de novas competências para o trabalho eficaz e adequado a um ensino dinâmico e inovador. O importante é que o diretor lidere sua comunidade escolar. Dessa forma, o gestor escolar com sua relação de proximidade com a comunidade, convivência cotidiana e conhecedor dos anseios do seu grupo, articula ações, recursos e condições que fomentem a materialização daquilo que se entende necessário em cada segmento institucional. Assim, cabe ao gestor escolar, juntamente com sua equipe de supervisores e coordenadores, assessorar teórica e tecnicamente os professores e, também buscar com esses a interdisciplinaridade, de modo que haja articulação didática entre todos, evitando-se a compartimentalização das matérias do currículo como saberes isolados, independentes e dissociados.
- *Vice-diretor escolar:* tem a função de substituir o diretor nos casos de afastamento, impedimento ou de vacância do cargo. Além disso, apóia, acompanha e orienta o grupo de coordenadores da escola, no atendimento a todos os projetos pedagógicos propostos, estabelece escalas de execução do trabalho de limpeza, segurança e merenda

escolar, acompanhando, monitorando, avaliando e garantindo a qualidade dos serviços prestados em prol do bom desenvolvimento das atividades pedagógicas e gerenciais da escola e controla o patrimônio da unidade escolar.

- *Coordenação Pedagógica:* A função da Coordenação Pedagógica é coordenar o planejamento pedagógico para qualificar a ação do coletivo da escola, vinculando e articulando o trabalho à Proposta Pedagógica da instituição. Cabe à orientação pedagógica assessorar teórica e tecnicamente os professores e, também buscar com esses a interdisciplinaridade, de modo que haja articulação didática entre todos, evitando-se a compartimentalização das matérias do currículo como saberes isolados, independentes e dissociados. Também é papel da coordenação, organizar capacitações para professores, fazer atendimento a pais e estudantes, dar sustentação pedagógica para os professores. Compete ao coordenador promover a redistribuição das responsabilidades e criar um ambiente propício no processo social da escola.
- *Supervisores:* o Decreto nº 33.502, de 23 de janeiro de 2012 promoveu a reestruturação administrativa das Unidades de Ensino do Distrito Federal, passando os Supervisores Pedagógicos e Administrativos a serem denominados “Supervisores”. O supervisor escolar atua no planejamento, supervisão, avaliação e reformulação do processo ensino-aprendizagem, juntamente com os demais atores do sistema educacional. Além disso, orienta o corpo docente no desenvolvimento de suas potencialidades profissionais, assessorando-o técnica e pedagogicamente, para incentivar-lhe a criatividade, o espírito de autocrítica e de equipe e a busca do aperfeiçoamento; zela pelo cumprimento de normas e diretrizes para assegurar a regularidade e eficácia do processo educativo; e, avalia o processo ensino-aprendizagem, examinando relatórios ou participando de conselhos de classe. Além disso, auxilia o diretor e vice nas atividades administrativas, como folhas de ponto, prestações de contas, elaboração e envio de relatórios, dentre outras atividades.

- *Conselho Escolar*: promove a participação, de forma integrada, de todos os segmentos representativos da escola (equipe gestora, professores, pais, estudantes e servidores) e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo, assim, para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação, já que contribui com a elaboração de normas internas da escola sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro e apresenta sugestões ou soluções a questões a ele encaminhadas.
- *Unidade Executora / Caixa Escolar*: é uma instituição jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como função básica administrar os recursos financeiros da escola, oriundos da União e do governo do Distrito Federal, assim como aqueles arrecadados pelas unidades escolares (denominados recursos próprios). Esses recursos são destinados à aquisição de bens e serviços necessários à melhoria das condições de funcionamento da escola, incluídos em sua ata de prioridades. A estrutura da Caixa Escolar é constituída do presidente, vice-presidente, de um ou dois tesoureiros, de um ou dois secretários e do conselho fiscal. A Unidade Executora, ou simplesmente UeX, viabiliza a aplicação dos recursos, observando os instrumentos legais em vigor e de acordo com as prioridades aprovadas pelo Conselho Escolar.
- *Professores da Sala de Recursos*: na Secretaria de Educação do Distrito Federal, o Atendimento Educacional Especializado é realizado nas salas de recursos, conforme definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001, p. 47), como um serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação) e complementa (para estudantes com deficiência e TGD) as orientações curriculares desenvolvidas em classes comuns em todas as etapas e modalidades da educação básica. A Sala de Recursos é um ambiente dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades especiais dos estudantes. O

atendimento dos estudantes é realizado individualmente ou em pequenos grupos (com necessidades educacionais especiais semelhantes), em horário contrário ao que frequentam na classe comum.

- *Professor Intinerante*: é um professor especializado que promove orientação e supervisão pedagógica através de visitas periódicas à Unidade Escolar para trabalhar com estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais e com seus respectivos professores das classes comuns.
- *Orientador Educacional*: na instituição escolar, o orientador educacional é um dos profissionais do apoio pedagógico que trabalha diretamente com os estudantes, ajudando-os em seu desenvolvimento pessoal, atendendo os educandos que precisam e querem orientação pessoal não apenas na vida escolar, mas na vida particular auxiliando em situações problemas, dúvidas, inseguranças e incertezas; em parceria com os professores, para compreender o comportamento dos estudantes e agir de maneira adequada em relação a eles; com a escola, na organização, construção coletiva e realização da proposta pedagógica; e com a comunidade, orientando, ouvindo e dialogando com pais e responsáveis. No ano letivo de 2019, o CED São José conta com dois Orientadores Educacionais no turno diurno e um no turno noturno.
- *Profissionais da Carreira Assistência*: são profissionais que tornam possível a missão dos educadores, realizando atividades diversas nas áreas de apoio, administração, organização e gestão escolar. Esta Unidade de Ensino conta no momento com 04 (quatro) servidores da Carreira Assistência, sendo dois nomeados Supervisores e um nomeado Chefe de Secretaria.
- *Chefe de Secretaria*: promove o planejamento e a execução de atividades de escrituração escolar, de arquivo, de expediente e de atendimento a estudantes, a professores e aos pais. Além disso, coordena o remanejamento escolar, a renovação de matrículas e efetua matrículas novas, observando os critérios estabelecidos na Estratégia de

Matrícula para as instituições educacionais públicas do Distrito Federal; presta anualmente, as informações relativas ao Censo Escolar, acompanha bimestralmente o preenchimento dos diários de classe; - acompanha o cumprimento dos 200 (duzentos) dias letivos e das 1.000 (mil) horas anuais, dentre outras atividades especificadas no Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

- *Servidores Terceirizados*: na área da merenda, limpeza, asseio e conservação predial, e vigilância/segurança patrimonial, a Secretaria de Educação firmou contratos com empresas terceirizadas. Os servidores são avaliados mensalmente pela Unidade Escolar, através de relatórios enviados à Coordenação Regional de Ensino. Atualmente o CED São José conta com 16 (dezesesseis) servidores na área de limpeza, asseio e conservação predial, 06 (seis) na área de merenda e 04 (quatro) na área de vigilância/segurança patrimonial.

RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS

DEPENDÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

A escola organiza espaços e ambientes estimulantes da aprendizagem, coadjuvantes de projetos com valor educativo e formativo, não excluindo as necessidades de acesso aos estudantes com necessidades educacionais especiais.

UTILIZADAS PARA ATENDIMENTO PEDAGÓGICO		DEMAIS DEPENDÊNCIAS			
Especificação da Dependência	Quantidade	Especificação	Quantidade	Especificação	Quantidade
Salas de Aula:	16	Direção:	01	Depósito:	03
Sala de Leitura:	01	Sala de Coordenação:	01	Dispensa:	01
Laboratório de informática:	00	Secretaria:	01	Cozinha:	01
Sala de Recursos:	01	Sala de Professores:	01	Refeitório:	00
Serviço de Orientação Escolar:	03	Banheiro Masculino (Estudantes):	01	Pátio:	01
Área Esportiva (coberta):	01	Banheiro Feminino (Estudantes):	01	Corredores:	04
		Banheiro PNE:	01	Estacionamento :	01
		Sala de Servidores:	01	Pátio:	01
		Banheiro Masculino (Servidores):	01	Banheiro Feminino (Servidores):	01

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DIDÁTICOS EXISTENTES

DESIGNAÇÃO	QTDADE	DESIGNAÇÃO	QTDADE
Mesas	700	Projetores de Imagem	02
Cadeiras	700	Micro System	03
Armários	10	Fotocopiadora	02
Quadro Branco	17	Bolas esportivas (variadas)	40
Mural	03	Arquivos	09
Mesa de lazer (tênis de mesa)	08	Livros e revistas	10.000
Computadores	08	Equipamentos musicais	09
Televisores	06	Mapas	19
Aparelhos de DVD	02	Globo Terrestre	03
Retroprojektor	00	Jogos pedagógicos	38
Caixa amplificadora	02	Microfones	02
Impressoras	03		

ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O currículo escolar pode ser definido como o conjunto de dados relativos à aprendizagem escolar, organizados para orientar as atividades educativas, as formas de executá-las e suas finalidades. Geralmente, exprime e busca concretizar as intenções dos sistemas educacionais e o plano cultural que eles personalizam como modelo ideal de escola defendido pela sociedade. A concepção de currículo inclui desde os aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação até os marcos teóricos e referenciais técnicos e tecnológicos que a concretizam na sala de aula.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, orienta para um currículo de base nacional comum para o ensino fundamental e médio. Numa primeira referência, mais geral, quando trata da Organização da Educação Nacional, define-se a competência da União para "estabelecer em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum". Outras referências, mais específicas, estão no capítulo da Educação Básica, quando se define que "os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela". Finalmente, são estabelecidas as diretrizes que deverão orientar os "conteúdos curriculares da educação básica", que envolvem: valores, direitos e deveres e orientação para o trabalho.

Em fevereiro do ano de 2014, a SEEDF lançou, oficialmente o Currículo em Movimento da Educação Básica. Foi construído coletivamente, durante extensas discussões com a comunidade escolar. É em movimento porque as questões e conceitos devem ser aprimorados no dia a dia pelos professores. Em 2018, foi lançada a 2ª edição do Currículo em Movimento.

O currículo orientará o trabalho pedagógico e seus eixos estruturantes trazem as aprendizagens, já seus eixos transversais, que são integradores em todas as modalidades de ensino, referem-se à educação para a diversidade e cidadania, educação em direitos humanos e educação para sustentabilidade. Por meio da discussão de assuntos relevantes para a vida em sociedade procura-se transmitir aos estudantes conhecimentos que lhes permitam conhecer, criticar e transformar a realidade em que vivem.

Num currículo voltado para a transformação há espaço para a diversidade étnica, cultural, de gênero, incluindo-se ainda as experiências dos professores e estudantes que lhe dão vida.

Os conteúdos já não são ensinados de forma isolada e a - histórica, são contextualizados permitindo a constituição de cidadãos solidários e autônomos. A qualidade do ensino e o aprofundamento do tema merecem as mesmas reflexões, porém, seu tratamento deve ser contextualizado face às questões locais, às histórias de vida dos estudantes e da comunidade escolar na qual estão inseridos.

(...)Trata-se de desafiar a pretensa estabilidade e o caráter aistórico do conhecimento produzido no mundo ocidental, segundo a ótica do dominante, e confrontar diferentes perspectivas, diferentes pontos de vista, diferentes obras literárias, diferentes interpretações dos eventos históricos, de modo a favorecer ao(à) aluno(a) entender como o conhecimento tem sido escrito de uma dada forma e como pode ser reescrito de outra forma. Trata-se, em última análise, não de substituir um conhecimento por outro, mas sim de propiciar aos(às) estudantes a compreensão das conexões entre as culturas, das relações de poder envolvidas na hierarquização das diferentes manifestações culturais, assim como das diversas leituras que se fazem quando distintos olhares são privilegiados. (MOREIRA & CANDAU, 2003, p. 162)

Nessa busca é preciso que se compreenda a necessária flexibilização da organização curricular de forma que seja adequada aos desafios que estarão postos para esta trajetória em sua complexidade e circunstancialidade. Adicionalmente, o currículo possibilita o acesso do estudante aos diferentes referenciais de leitura de mundo, às vivências diferenciadas, à construção e reconstrução de saberes específicos de cada etapa/modalidade da Educação Básica, bem como conteúdos organizados em torno de uma idéia, um eixo integrador.

MODALIDADES DE ENSINO

- **EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 4º, inciso VII, prevê “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.” Já a Resolução CNE/CEB nº 01 de 05 de julho de 2000 e o Parecer CNE/CEB 11/2000 estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade específica da Educação Básica que se propõe a atender a um público ao qual foi negado o direito à educação durante a infância e/ou adolescência seja pela oferta irregular de vagas, seja pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis.

O conceito de EJA muitas vezes confunde-se com o de Ensino Noturno. Trata-se de uma associação equivocada uma vez que a EJA não se define pelo turno em que é oferecida, mas sim pelas características e especificidades dos sujeitos aos quais ela se destina.

Um de seus principais fundamentos é a de recuperação de um tempo de escolaridade perdido no passado. Nesta perspectiva, é preciso buscar uma concepção mais ampla das dimensões tempo/espço de aprendizagem, na qual educadores e educandos estabeleçam uma relação mais dinâmica com o entorno social e com as suas questões, considerando que a juventude e a vida adulta são também tempos de aprendizagens.

O público alvo dessa modalidade de ensino são sujeitos sociais e culturais, marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura. Vivem no mundo urbano, industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não qualificadas e com baixos salários.

São, ainda, excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um tempo maior de escolaridade devido a repetências acumuladas e interrupções

na vida escolar. Muitos nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas. Jovens e adultos que quando retornam à escola o fazem guiados pelo desejo de melhorar de vida ou por exigências ligadas ao mundo do trabalho. Nesse sentido, um dos desafios da EJA é repensar formas de mobilização dos sujeitos para retomarem o seu percurso educativo, integrando-a com as áreas do trabalho, saúde, tecnologia, sustentabilidade, cultura e lazer na perspectiva intersetorial e de formação integral dos cidadãos.

Considerar a heterogeneidade desse público, quais seus interesses, suas identidades, suas preocupações, necessidades, expectativas em relação à escola, suas habilidades, enfim, suas vivências, são fatores de suma importância para a construção de uma proposta pedagógica que considere suas especificidades. É fundamental perceber quem é esse sujeito com o qual lidamos para que os conteúdos a serem trabalhados tenham significado, sejam elementos concretos na sua formação, instrumentalizando-o para uma intervenção significativa na sua realidade.

Os jovens e adultos buscam na escola, sem dúvida, mais do que conteúdos prontos para serem reproduzidos. Como cidadãos e trabalhadores que são, esses estudantes querem se sentir sujeitos ativos, participativos e crescer cultural, social e economicamente.

A EJA apresenta-se como possibilidade de avanço do conhecimento formal, da elevação da escolaridade, da autonomia coletiva, social, econômica e intelectual. Dessa forma, a educação de jovens e adultos vem caminhando na direção de uma educação democrática e libertadora, comprometida com a realidade social, econômica e cultural.

- *EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL*

O conceito de educação inclusiva ganhou notoriedade a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca, que apresenta os procedimentos padrões das Nações Unidas para a equalização de oportunidades para pessoas portadoras de deficiências. No que diz respeito às escolas, a idéia é de que as crianças com necessidades educativas especiais sejam incluídas em escolas de ensino regular e para isto o sistema regular de ensino precisa ser revisto, de modo a atender as demandas individuais de todos os estudantes.

A lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou simplesmente LDB, estabelece no Título III Art.4 “III- atendimento educacional especializado, gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino...”; A definição para Educação Especial vem no Cap.V Art.58. “Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

A Política Nacional de Educação Especial, publicada em 1994, orienta o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais”

Entretanto as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, documento publicado em 2001, afirma haver uma ampliação da ação da Educação Especial, passando a abranger dificuldades não vinculadas a uma causa orgânica específica, como dislexia, problemas de atenção, perceptivos, emocionais, de memória, cognitivos, psicolinguísticos, dentre outros, e ainda fatores ecológicos e socioeconômicos, como as privações de caráter sociocultural e nutricional.

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. É uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de estudantes. É uma abordagem que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses estudantes.

A Educação Inclusiva busca dessa forma, perceber e atender as

necessidades educativas especiais de todos os sujeitos estudantes, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Atender o estudante com necessidade especial é auxiliá-lo em seu trabalho de superação das condições limitantes, ajudá-lo a criar uma auto-imagem positiva e uma visão de mundo realística e possibilitar-lhe aceitar-se, enquanto ser diferente;

O sistema educacional é considerado inclusivo quando abrange a definição ampla deste conceito, nos seguintes termos: reconhece que todas as crianças podem aprender; reconhece e respeita diferenças nas crianças (idade, sexo, etnia, língua, deficiência/inabilidade, classe social, estado de saúde); permite que as estruturas, sistemas e metodologias de ensino atendam as necessidades de todas as crianças;

Historicamente a educação especial vem lidando com a educação e aperfeiçoamento de indivíduos que não se beneficiaram dos métodos e procedimentos usados pela educação regular. Dentro de tal conceituação, inclui-se em Educação Especial desde o ensino de pessoas com deficiências sensoriais, motoras e cognitivas, passando pelo ensino de jovens e adultos, até mesmo ensino de competências profissionais.

A Educação Especial desenvolve-se em torno da igualdade de oportunidades, em que todos os indivíduos, independentemente das suas diferenças, deverão ter acesso a uma educação com qualidade, capaz de responder a todas as suas necessidades. Desta forma, a educação deve-se desenvolver de forma especial, numa tentativa de atender às diferenças individuais de cada estudante, através de uma adaptação do sistema educativo.

A evolução das tecnologias permite cada vez mais a integração de crianças com necessidades especiais nas nossas escolas, facilitando todo o seu processo educacional e visando a sua formação integral. No fundo, surge como uma resposta fundamental à inclusão de crianças com necessidades educativas especiais num ambiente educativo.

O objetivo da inclusão demonstra uma evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma diferença ou necessidade especial. Do ponto de vista pedagógico esta integração assume a vantagem de existir interação entre

crianças, procurando um desenvolvimento conjunto, com igualdade de oportunidades para todos e respeito à diversidade humana e cultural.

PROJETOS INTERDISCIPLINARES

A proposta pedagógica assume uma conotação ambivalente no âmbito da Unidade de Ensino. Em alguns tópicos sua amplitude é panorâmica, observando as questões estruturais e sociais de sua comunidade.

Já em outros, processa uma leitura parcimoniosa dos vários elementos e atores constitutivos do funcionamento das ações, bem como dos resultados obtidos pela escola. Os projetos foram criados coletivamente, de forma que cada um se sente co-responsável e co-participante, aumentando o desejo de se envolver graças à intercomunicação de idéias, coordenação de esforços. Tais fatores geram orgulho de pertencer ao grupo – focalizar uma visão e propósito, identificando um centro de interesse comum a partir de interesses pessoais compartilhados.

Em consonância com a perspectiva do corpo docente, discente e da comunidade como um todo, elencamos as diretrizes pedagógicas do Centro Educacional São José:

- **PROJETO TRILHAS**

Pautado na lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que em seu artigo 26 traz que *“os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.”*, foi criado o projeto Trilhas.

O projeto Trilhas veio para descobrir, valorizar e praticar o estilo pessoal de ser, despertando talentos, qualidades e virtudes em estudnates e professores, considerando valores e bagagens que já têm, sendo uma estratégia educacional válida na medida em que se insere em todo um processo, para promover na pessoa a sensação contínua de exploração e conhecimento.

A escola é um ambiente por onde perpassa uma pluralidade de relações sociais e este seria o espaço ideal para que inúmeras oportunidades fossem

criadas para transmissão de valores, bens e produtos culturais, ampliando o conhecimento e promovendo a diversidade cultural definida pela UNESCO (2002) como “o patrimônio comum da humanidade e que deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações futuras”

DIEM (1981) afirma que para permitir que as crianças tenham a mesma capacidade de aprendizagem, é necessário ter ofertas variadas. Assim, no projeto Trilhas o estudante deve escolher a oficina que irá fazer em cada bimestre, dentre as 16 opções ofertadas por turno, sendo 32 opções de diferentes atividades no total, podendo serem modificadas no bimestre seguinte, encorajando a autonomia, espírito crítico, a criatividade, responsabilidade e a cooperação, além de favorecer a construção e o acesso ao conhecimento, propiciando aos estudantes um desenvolvimento integral e dinâmico. Adicionalmente, visa desenvolver a autoestima, a confiança e identidade pessoal despertando e desenvolvendo talentos, vocações, dons e tons pessoais, como peças singulares, importantes e fundamentais ao grande jogo de coexistência. Algumas oficinas propostas: desenho, cineclube, rango bom, geometria artesanal, alongamento, xadrez, astronomia, telas e textos, crochê, teatro de fantoches, bordado, damas, poesia e leitura, poesia, conhecendo Romero Brito, noções básicas de primeiros socorros, confecção de mandalas, racha cuca, rap de repente, canto erudito, libras, história em quadrinhos, caligrafia, reciclagem de garrafa pet, slackline, futebol feminino, capoeira, artesanato, decoupage, unhas artísticas...

As turmas de cada curso são formadas com estudantes das mais variadas turmas/anos, o que estimula o relacionamento interpessoal como um princípio vital de aproximação, entrelaçamento e arranjo harmônicos, sendo um fato permanente de ativação e estruturação das relações humanas.

A avaliação será através da aplicação de instrumentos pertinentes às características do projeto e desenvolvimento de cada curso: pesquisas, estudos de caso, desenvolvimento de projetos de intervenção, simulação na implantação de projetos, estudos técnicos etc.,

• **PROJETO VIVEJA –VIVENCIANDO EXPERIÊNCIAS COM ESTUDANTES DA EJA**

O projeto VIVEJA contará com desenvolvimento e compartilhamento de habilidades, conhecimentos e experiências que cada professor traz consigo através de Atividades Temáticas que irão compor cada dia de aplicação do projeto. O projeto será aplicado em semanas específicas (Educação para a vida; Semana da EJA ou Semana da Consciência Negra) ou em sábados letivos utilizados para reposição de dias letivos móveis. De acordo com as atividades aplicadas no dia de desenvolvimento do projeto, cada estudante escolhe quais atividades irá participar. O projeto sofrerá constantes adaptações, inovações e inclusões de temas, atividades e oficinas, de acordo com a demanda dos estudantes e viabilidade do corpo docente. Algumas Atividades Temáticas iniciais:

- Tira dúvida sobre Reforma Trabalhista e da Previdência
- Violência contra a mulher
- Educação Ambiental
- DST
- Dengue
- Esporte: saúde e qualidade de vida
- Profissões do futuro
- Oficina de tatuagem
- Mini-curso: Depilação e técnicas para fazer a sobrancelha
- Xadrez
- Métodos contraceptivos e planejamento familiar
- Qualidade de vida IMC
- Lúdico e lógica: despertando para o conhecimento
- Globalização e mercado de trabalho

• **PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA E PROMOÇÃO DA CULTURA DA PAZ**

A percepção da violência na contemporaneidade adquire contornos e desdobramentos na sociedade mais densos e impactantes do que em outrora.

A proliferação midiática e sua conseqüente mediatização da violência amplifica e generaliza uma sensação de instabilidade e de quase anomia social.

Partindo dessa premissa, deve-se proceder a um recorte da realidade, delimitando o seu espaço temporal e geográfico as ocorrências de delinquência processadas no âmbito das escolas públicas do Distrito Federal.

O recrudescimento da violência nas relações sociais desenvolvidas no interior das escolas e adjacências compreende uma problemática em ascensão no país. Portanto, desmistificar os ideologismos referentes a este problema e compreender o fenômeno da delinquência juvenil a partir de uma visão multifacetada, possibilita às instituições, bem como aos agentes vinculados a elas, uma visão mais realista dos fatores causais da violência escolar.

É muito comum o discurso de que trata a violência juvenil com certa naturalidade, reflexo de uma estimulação orgânica própria da idade. Entretanto, este mesmo jovem que infringe e agride, nem sempre é alheio a violência provocada por ele. Uma das possibilidades aventadas é a da resistência ou reação contra um adversário muitas das vezes indefinido. Porém, o mote dessas ações é definir contra o que, ou contra quem esta violência é desferida.

As conseqüências e os desdobramentos da violência comprometem todo um conjunto organizacional e pedagógico no interior das escolas. O ambiente escolar que em tese deveria ser harmônico e acolhedor torna-se inóspito e hostil. Nesse contexto de instabilidade e tensão a aprendizagem não se processa como deveria. O sentimento de desagregação, de não pertencimento, impossibilita a formação de atores sociais comprometidos com o seu meio.

Segundo Abramovay

“As situações de violências comprometem o que deveria ser a identidade da escola – lugar de sociabilidade positiva, de aprendizagem de valores éticos e de formação de espíritos críticos, pautados no diálogo, no reconhecimento da diversidade e na herança civilizatória do conhecimento acumulado, Estas mesmas situações repercutem sobre a aprendizagem e a qualidade de ensino tanto para alunos como para professores.”

A violência não é uma realidade em si mesma, reflete-se socialmente como o corolário de um contexto. Pesquisar este contexto, buscando isolar os fatores causais desse processo é o mote das ações desenvolvidas na escola.

- **SALAS INTERATIVAS**

Com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação, a informação e o conhecimento estão cada vez mais acessíveis no mundo digital. Computador e Internet estão sendo incorporados ao cotidiano das escolas e trazem desafios para os professores, na medida em que favorecem o desenvolvimento de novas situações pedagógicas e ampliam as oportunidades para o acesso à informação, à participação, à ampliação de redes e conseqüentemente para o processo de ensino e de aprendizagem.

Num contexto de cultura das mídias, a dinâmica que se estabelece na sala de aula, marcada por atividades múltiplas e simultâneas, favorece o diálogo e a troca entre educadores e estudantes. Nesse cenário, permeado de múltiplas linguagens e tecnologias, cabe ao professor selecionar fontes de pesquisa, refletir criticamente sobre as informações encontradas, atribuir-lhes significados, contribuir para que os estudantes identifiquem o que é relevante, orientar a publicação de trabalhos e qualificar a comunicação digital entre estudantes.

Conhecer a linguagem da informática passou a ser uma necessidade no mundo moderno. O uso de novas tecnologias de informação dinamizou as ações e relações, interpessoais, humanos e, sobretudo, profissionais. Portanto, ao oferecer uma formação complementar aos nossos estudantes, desenvolvendo habilidades e competências em informática, estamos em consonância com as novas premissas pedagógicas modernas, disponibilizando recursos e tecnologias voltadas para a inclusão social.

A profusão das fontes de conhecimento e o aumento das oportunidades de comunicação ressaltam a centralidade do educador na proposição de desafios e contrapontos ao estudante. Para isso, contudo, é necessário que o professor entenda a Internet como instrumento cognitivo, sabendo equilibrar seu uso em tarefas nas quais ela realmente faça a diferença.

Ao estudante, coloca-se a oportunidade de assumir uma postura ativa no desenvolvimento das habilidades necessárias para ter acesso às oportunidades que a Internet oferece. Ao mesmo tempo em que ela fascina por ser uma poderosa ferramenta para o alargamento da ação educativa em

novos espaços de aprendizagem, também pode ser utilizada como um meio de comunicação unilateral massificante.

Dessa forma, os objetivos desse projeto incluem capacitar o corpo discente a desenvolver habilidades operacionais na área de informática, bem como, dominar sua linguagem e seus procedimentos no manuseio da internet e propiciar aos estudantes a interação com as ferramentas da informática: Word, Excel e PowerPoint; desenvolver o manuseio das ferramentas da internet.

Para isso, iniciamos o ano letivo com 06 salas de aula dotadas com televisores e acesso à Internet, com proposta de ampliação dessa tecnologia para todas as salas de aula até o final do ano letivo de 2020.

- **FESTA JUNINA**

As tradições brasileiras compreendem um importante espaço na formação cultural do nosso país. No interior do país e ainda nos centros urbanos. Como forma de preservar o nosso patrimônio imaterial, promovemos anualmente o resgate das festas de São João que ocorrerão no mês de junho.

O projeto Festa Junina do CED São José, tem por finalidade agregar os valores tradicionais das culturas regionais com os novos simbolismos semânticos da cultura urbana integrando e preservando as nossas memórias e tradições e promover a integração da comunidade com a escola, trabalhando a socialização e os valores culturais do nosso país.

Foi definido que a função educacional não está apenas em preservar aquelas culturas populares, como herança do passado, mas em realizar um trabalho de base que consiste em impedir que a cultura tradicional inutilmente sacrificada por novos elementos, que poderão não ter nada de comparável a oferecer e, a estimular técnicas e a sabedoria que cada uma dessas culturas pode oferecer ao mundo (TENÓRIO ROCHA, 1990, P. 96)

Assim, a festa junina é um momento de confraternização e diversão não só dentro da escola, como também da escola com a comunidade.

- **TRABALHANDO A CIDADANIA E O CIVISMO**

Civismo e cidadania são termos correlatos que designam o estágio de conhecimento do indivíduo na sociedade em que está inserido. O termo

civismo refere-se a atitudes e comportamentos que os cidadãos manifestam no dia-a-dia na defesa de certos valores e práticas assumidas como os deveres fundamentais para a vida coletiva, visando a preservar a sua harmonia e melhorar o bem-estar de todos. Mais especificamente, o civismo consiste no respeito aos valores, às instituições e às práticas especificamente políticas de um país.

As sociedades, como as cidades, são anteriores aos próprios indivíduos que as constituem. Tem memórias, valores e heranças patrimoniais que importam preservar, sob pena de perderem aquilo que as diferencia e individualiza como tais. O civismo é também uma atitude de defesa da própria cidade e da cultura que a mesma possui. Por isso, o projeto visa fazer com que o estudante conheça as características fundamentais de São Sebastião e do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País.

Uma das garantias que o sujeito possui enquanto membro de uma sociedade é a sua cidadania. Um cidadão é um ser que tem a retaguarda do Estado em sua proteção e garantias individuais. Todavia, para o usufruto pleno da égide do Estado como avalista da nossa liberdade jurídica, pressupõe que haja uma contrapartida individual, pessoal e intransferível para com os membros da coletividade social.

O velho aforismo “o meu direito termina quando começa o do outro”, representa uma síntese do conceito de Cidadania, porém, podemos desenvolver essa temática desdobrando a sua conceituação e aplicação.

O projeto tem por objetivos desenvolver uma consciência clara sobre o papel do cidadão na sociedade, despertando nos estudantes o senso crítico, mas de forma que ele entenda o real sentido da cidadania como participação social e política; verificando que não há cidadania sem responsabilidade; trabalhar a história da cidadania; ampliar a forma de encarar deveres e direitos políticos, civis e sociais; e discutir os conceitos teóricos sobre cidadania, para que o estudante adote no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.

- **PROJETO LEI MARIA DA PENHA NA ESCOLA: IDENTIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO**

É uma iniciativa voltada para os professores do CED São José, que tem como objetivo mostrar a importância da Lei Maria da Penha, para que eles conscientizem os estudantes sobre a necessidade de combater a violência contra a mulher, tudo com vistas à prevenção da Violência Doméstica.

Apresentação será feita em momento de coordenação, no formato de palestra, ministrada pelo professor Victor Sousa de Andrade, também formado em direito. Serão abordados aspectos relevantes da Lei 11.340/06 com questões práticas de identificação de ocorrências e formas adequadas de atuação dos profissionais de educação.

Roteiro:

Parte 01: O espírito da Lei: Violência contra a mulher.

- Contextualizar a legislação de proteção da vítima de violência.

Parte 02: Violências e Convivências.

- Identificar a possível existência de casos previstos na lei;
- Compreender os cinco tipos de violência previstos.

Parte 03: Identificação e providências possíveis.

- Analisar o papel da escola no atendimento inicial aos casos de violência contra a mulher;
- Compreender os tipos de providências a serem requeridas.

Parte 04: Boas práticas para recebimento e encaminhamento.

- Casos práticos.

Previsão de realização: 1º Bimestre de 2019.

- **MEU DIREITO, SEU DIREITO**

O famoso escritor Norberto Bobbio, em seu livro "A Era dos Direitos", demonstrou a relevância do conhecimento e acesso ao saber jurídico para o século XXI. Sob sua visão, o século XIX foi do Poder Legislativo, em função

dos processos revolucionários que deram origem a novas leis que expressavam a vontade do povo e o século XX foi do Poder Executivo, sob a urgência das demandas de guerras e disputas entabuladas mundialmente que exigiram atuação firme dos governos.

Para o século XXI o desafio está posto sob o comando do Poder Judiciário, que tem sido chamado repetidamente a se pronunciar e decidir temas relativos ao cotidiano não só de governos, mas também da totalidade dos cidadãos.

Nesse sentido, a escola não pode se furtar a participar desse movimento, seja atuando como entidade de ensino técnico-formal, mas também como centro de propagação de cidadania, afinal, esse é o objetivo último que se deseja no trabalho com as gerações em desenvolvimento.

O ambiente escolar, portanto, precisa estar aberto e atento aos problemas legais que cercam o cotidiano dos estudantes, desde questões triviais, como as relativas ao acesso a notas, até temas eventualmente tormentosos, tais como os relacionados às famílias e à violência.

Intervenção:

A proposta que se apresenta é a de possibilitar a construção de conhecimento que contemple a normatização brasileira, mas que possua como alvo as necessidades e curiosidades a respeito de temas práticos, que possam fazer parte da vivência de qualquer pessoa. Em outras palavras, o objetivo é o de preparar o estudante para situações reais que possam estar repetidamente ocorrendo em sua vida ou que possam vir a ocorrer nos próximos trinta segundos.

Para exemplificar, um estudante pode ser exposto à cenas de violência familiar a tempos, o que justificaria seu interesse pela Lei N°1340/06 - Lei Maria da Penha - ou, em outro evento, na saída de escola presenciar uma agressão verbal injuriosa. Em ambos os casos, o fato de possuir o conhecimento da situação em que se encontra pode ser um fator de resolução do problema.

Obviamente, o esforço didático não é para que o estudante ou aluna resolva a confusão, mas que saiba ao menos reconhecer uma situação problemática e possuir o poder de saber que há uma proteção dada pela lei.

1º Momento:

Escolha de temas por pesquisa de interesse dos estudantes;

Fracionamento dos temas por relevância;

Produção de materiais e estratégias com casos práticos;

2º Momento:

Apresentações e aulas;

Produções escritas tais como textos ou estudos de caso;

Exposição dos resultados, inclusive conexos à biblioteca e sua utilização.

Cronograma Básico:

Direitos Fundamentais: o Constituição Federal 1988:

- Art. 5º (Direitos Individuais);
- Art. 7º (Proteção ao Trabalhador);
- Arts. 205 a 214 (Educação, Cultura e Desporto).

Crimes Digitais:

- Crimes contra a Honra;
- A identidade pessoal na Internet.

Direito do Consumidor:

- Conceitos básicos: Consumidor, Fornecedor; o Vícios de produto e garantias.
- Violência Doméstica: o Lei Maria da Penha; o Código Penal (Agressão).
- Discriminação e Racismo: o Injúria Racial; o Racismo.

• ***CULTURA DENTRO E FORA DA ESCOLA: SABERES EM TRÂNSITO***

Em que espaço pode se dar uma relação de ensino-aprendizagem? O que podemos encontrar além dos muros da escola? O que podemos movimentar no trânsito escola-comunidade-sociedade? Como pensar a escola como um local de cultura? Quais outros locais de cultura podemos encontrar?

Cultura dentro e fora da escola nos convida a refletir sobre direito à cidade. Neste projeto, o conhecimento que é intermediado pelo acesso a bens culturais. A relação proposta é a da/do estudante em trânsito, que se movimenta aos locais de cultura, para trocar, conhecer, pesquisar e vivenciar

saberes e práticas diversas. Estes trânsitos, influenciam a movimentar a escola como local de cultura, trazendo as reverberações das saídas de campo para o espaço escolar.

O projeto consiste na realização de saídas de campo para a visitação de centros culturais, econômicos e políticos como: Espaços culturais e comunitários de São Sebastião, parques ecológicos, Congresso Nacional, Casa da Moeda, Banco Central do Brasil, museus, cinemas, teatros, territórios de povos e comunidades tradicionais (territórios indígenas e quilombolas, por exemplo).

As reverberações das saídas de campo poderão ser apresentadas conforme sugestões de estudantes e professores, de modo, a trazer depoimentos, textualidades e (audio)visualidades, que estabeleçam comunicação com a comunidade escolar.

Tem por objetivo promover o direito à cidade das/dos estudantes intermediado pela democratização do acesso a bens culturais, realizando trocas de conhecimento, contemplando diversos temas transversais como diversidade, cidadania, sustentabilidade, em diálogos com povos e comunidades tradicionais (como indígenas e quilombolas), além de ampliar as possibilidades de relação ensino-aprendizagem para além do espaço escolar no trânsito entre escola, comunidade e sociedade.

Será realizado da seguinte forma: Realização de saídas de campo, a partir de visitas mediadas, a centros culturais e comunidades tradicionais; Realização de relatórios de saída de campo; (estes relatórios podem se dar de diversas vias, registros escritos, fotográficos, desenhos, pinturas, audiovisuais conforme as reverberações e escolhas éticas e estéticas dos grupos que realizarem as saídas).

Materiais necessários: ônibus e alimentação.

- **LEITURA**

Ler é uma viagem. O estudante que embarca nessa viagem, é mais criativo, escreve melhor, desenvolve as habilidades de interpretação e raciocínio com mais facilidade. O mundo se abre aos seus olhos, despertando

o interesse pelo conhecimento e apreensão do novo.

A leitura é fundamental para a plena realização da nossa condição humana e da nossa capacidade de entender o mundo. É também condicionante para a promoção de valores democráticos, porque é base para uma cultura do discernimento e do diálogo, tanto individual como coletivo. Quem lê aumenta seu repertório de atuação sobre o mundo à sua volta e, naturalmente, uma sociedade leitora amplia suas possibilidades de qualificar as relações humanas e resolver os problemas cada vez mais complexos que a elas se apresentam. Além disso, a leitura não só qualifica a relação com as outras áreas da cultura como também qualifica a relação do indivíduo com a saúde, com o mundo do trabalho, com o trânsito e a cidade, com o ambiente natural e social, possibilitando a superação de limitações físicas e simbólicas

Durante as aulas de Língua Portuguesa e História os professores qualificam nosso alunado no domínio da escrita e da leitura com vistas a participarem do projeto de leitura da Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião – Coleção Literária, que culmina com a edição de um livro, destacando vários talentos. Participam também da Feira literária, promovida pela CRESS.

- ***CAMPEONATO ESPORTIVO***

Tendo em vista vários eventos esportivos no panorama mundial, vimos a necessidade de promover um evento interno que trabalhasse aspectos como competição saudável e promoção das habilidades e competências dos estudantes nas diversas áreas de desenvolvimento. Assim, promove-se a cultura corporal de movimento e a integração dos sujeitos através da prática esportiva, ou seja, ancorada numa intervenção de corporeidade há a assimilação de valores voltados à cidadania, ao respeito à diversidade e aos direitos humanos. Também é importante levar os estudantes a refletirem sobre as formas como a cultura, a política e a sociedade em geral são movimentadas pelo mercado esportivo, que hoje é uma verdadeira indústria capaz de movimentar milhões de dólares por ano.

A observação dos esportistas modernos leva a perceber que sua

atuação funciona como modelo, de forma que eles se tornam ídolos internacionais à medida que avançam para times e melhoram seus salários. Mas, os estudantes devem perceber que ser um ídolo não decorre apenas da habilidade esportiva e da sorte, mas também de uma rigorosa disciplina, cuidado com o corpo e com a saúde. Assim, ser atleta é o resultado de um processo e não de um mero acaso.

Nesse sentido, prevemos organizar um campeonato esportivo interno inter-classes, aproveitando o modelo adotado por competições internacionais. Haverá abertura, jogos inter-classes, premiação e encerramento do evento, de forma a aproximar os campeonatos esportivos da realidade cultural e social do estudante.

Além das modalidades olímpicas como futebol, vôlei e basquetebol, o projeto quer estimular o interesse por outros esportes menos mercantilistas e não olímpicos, como a queimada. Assim, desenvolve-se e estimula-se a expressão corporal e artística e as habilidades esportivas.

Serão priorizados os esportes coletivos, para que haja o planejamento e execução das tarefas em grupo, desenvolvendo a coletividade, mostrando que cada equipe compõe um time homogêneo em que cada um deverá oferecer e desenvolver aquilo que tem de melhor.

Este campeonato está previsto para acontecer logo após o recesso de julho, por um período de uma semana.

- **RÁDIO ESCOLA**

O rádio é um veículo de grande atuação social. Através desta mídia, pessoas das mais diferentes classes sociais, níveis intelectuais, religiões e outras diferenças sociais, têm acesso à informação e entretenimento. É sem dúvida um veículo democrático e tem um papel importante na transmissão de conhecimentos.

A escola também tem esse papel social, no entanto, enquanto a linguagem do rádio é mais acessível ao seu público, em muitas ocasiões não acontece na escola. A deficiência no processo de comunicação entre escola e estudante é tida como um dos entraves na concretização do processo ensino-

aprendizagem. Utilizar estratégias de comunicação de rádio neste processo é ampliar as possibilidades de sua concretização.

Estratégias tais como uso adequado da voz, utilização de recursos de áudio para facilitar a transmissão de conhecimentos, adaptação de processos educativos com uso do rádio, além da criação de laboratório de comunicação o qual o estudante poderá mostrar sua capacidade criativa, de trabalhar em equipe, a possibilidade de mostrar seu talento, são algumas das vantagens que este projeto poderá proporcionar a escola.

O projeto será desenvolvido no horário do intervalo com a participação de estudantes inscritos e selecionados, durante todo o ano letivo de 2019.

Materiais necessários: mesa de som, microfone, CD PLAYER, telefones celulares, gravador (repórter), caixas de som, transmissor ou amplificador.

- ***SEMANA CULTURAL E CIENTÍFICA***

A Escola deve ser um espaço que permita o pensar, o aprender e o agir. Dessa forma, desenvolvendo a criticidade, a consciência e a responsabilidade. Nesse sentido, a SEMANA CULTURAL E CIENTÍFICA deve explorar diferentes explicações sobre um tema, comparando-o dentro de uma concepção social, cultural, científica, tecnológica e atual. Considerando que uma das finalidades da Escola é contribuir para a formação integral do estudante, essa semana gera representação do entendimento do estudante como ser humano dentro do Universo, do espaço, da vida e de suas relações. A exposição de trabalhos é uma maneira diferente de contextualizar e expor ideias, driblando a rotina e exercitando a criatividade. Nesse projeto os educandos atuarão diretamente sobre o objeto da aprendizagem, através da observação, experimentação, comparação e estabelecimento de relações entre teoria e prática. Tem por objetivos: mobilizar os estudantes a fim de valorizar o conhecimento empírico e científico; desenvolver a criticidade; integrar os componentes curriculares, promover o estudo lúdico e a troca de conhecimento; desenvolver o senso crítico, a integração, a cooperação e a divisão de tarefas.

O projeto será desenvolvido no ensino regular e na EJA.

- **PROJETO VIVARTE**

A proposta é de apresentar uma produção cultural, que parte da identificação de um tema e que será publicado e lida por espectadores. Recuperar esse significado mais amplo do gênero dramático e estimular a prática no dia-a-dia pelos estudantes. Escolher cenas para leitura dinâmica, orientada pelo professor; relacionar cena teatral com a cena do filme, procurando verificar as diferenças de linguagem; propor trabalhos em que os estudantes escolherão cenas da peça em que irão apresentar; explorar os variados estilos da linguagem teatral (tragédia, comédia etc); desenvolver a capacidade de expressão por meio da encenação; construção de enredo por meio de diálogos. Explorar a transversalidade – cidadania; visão crítica, transformadora; produção cultural; prática do dia-a-dia.

Recursos pedagógicos: materiais básicos como Maderit Resinado 110x220cm (06 peças); dobradiças (04 unidades); tintas; cola para madeira; TNT branco e cores variadas, pincel atômico, cola quente, pistola para cola quente, carlotinas etc.

- **PROJETO JANELA**

Aciona o professor de acordo com o artigo 7º da Portaria Nº 561 DE 27/12/2017, a participar de atividades pedagógicas na escola, quando o mesmo tenha vacância de horários. O propósito dessa iniciativa é a interdisciplinaridade, bem como, estimular o acesso aos estudantes das temáticas transversais. Os professores com horários residuais, devem escolher dentre as múltiplas temáticas transversais um enfoque a ser desenvolvido em sala de aula. Diante exposto, surgiram:

LEITURA PARA OS ESTUDNATES DA EJA: Percebemos que a realidade atual vem afastando cada vez mais nossos estudantes do ato de ler. Aspectos como computadores, videogames, TV, o acesso restrito a leitura no núcleo familiar, e a falta de incentivo, têm ocasionado pouco interesse para

leitura e por consequência dificuldades marcantes que sentimos na escola: vocabulário precário, reduzido e informal, dificuldade de compreensão, erros ortográficos, poucas produções significativas dos estudantes conhecimentos restritos aos conteúdos escolares.

Faz-se entanto necessário que a escola busque resgatar o valor da leitura, como ato de prazer e requisito para emancipação social e promoção da cidadania. A leitura nunca se fez tão necessária nos bancos escolares. De outro lado, vemos a grande dificuldade de nossos estudantes em compreender questões eliminatórias no vestibular onde só se obtêm êxito quem tiver por hábito se atualizar através de jornais, revistas e livros. Através da leitura o ser humano consegue se transportar para o desconhecido, explorá-lo, decifrar os sentimentos e emoções que o cercam e acrescentar vida ao sabor da existência.

Pode então, vivenciar experiências que propiciem e solidifiquem os conhecimentos significativos de seu processo de aprendizagem. Neste sentido pensamos ser dever, de nossa instituição de ensino, juntamente com professores e equipe pedagógica propiciar aos nossos estudantes da EJA (Educação de Jovens e Adultos) momentos que possam despertar neles o gosto pela leitura, a consciência da importância de se adquirir o hábito de ler.

O estudante deve perceber que a leitura é o instrumento chave para alcançar as competências necessárias a uma vida de qualidade, produtiva e com realização. Sabemos que, do hábito de leitura dependem outros elos no processo de educação. Sem ler, o estudante não sabe pesquisar, resumir, resgatar a ideia principal do texto, analisar, criticar, julgar, posicionar-se.

RACIOCÍNIO LÓGICO: relacionará de forma lúdica com o desenvolvimento de estratégias e técnicas úteis em todos os tipos de problemas. A raciocínio lógico ajuda a desenvolver a capacidade de interpretação, compreensão, comunicação e resolução de situações problemas, além de melhorar muito a capacidade cognitiva dos estudantes. O projeto será dividido em diferentes tipos de jogos matemáticos envolvendo raciocínio lógico, para que o estudnate adquira mais habilidade e confiança na resolução de problemas de

qualquer área.

Alguns dos jogos que serão propostos, de acordo com o desenvolvimento de cada turma, serão os seguintes: problema dos quatro quatos: É um jogo que consiste em escrever números utilizando quatro números quatro e as operações matemáticas básicas. O jogo trabalha a criatividade, o domínio da linguagem matemática e a pesquisa por operações desconhecidas que possam ajudar na resolução (o fatorial e o termial, por exemplo); tabelas lógicas: É um jogo que consiste em completar tabelas sobre situações diversas do cotidiano a partir de um número mínimo de dicas, colocadas de forma que desafie a organização e o tratamento da informação adequado do estudante palavras quebradas: É um jogo que consiste em descobrir palavras adequadas, com um conjunto de dicas e um conjunto de sílabas necessário e suficiente para sua obtenção. É um excelente exercício de tratamento da informação, que também enriquece o vocabulário dos estudantes; quase nada: É um jogo parecido com uma palavra cruzada, porém com números. O estudante recebe um conjunto de números e deve usar seu raciocínio lógico para escolher o número adequado para colocar em cada espaço, de forma que todos sejam alocados; sudoku: É um jogo que envolve o preenchimento de uma tabela com regras matemáticas pré-estabelecidas; enigmas matemáticos: Resolução de enigmas que mobilizam a interpretação, o raciocínio lógico e a criatividade para solução. A habilidade de expressão escrita pode ser trabalhada, pedindo que o estudante explique o raciocínio que o levou à solução do enigma.

A INTERTEXTUALIDADE EM NOSSO DIA A DIA: Na EJA - Educação de Jovens e Adultos, encontramos diversos estudantes que apresentam uma lacuna no seu processo escolar. O retorno à escola é uma forma de reinserção na comunidade, bem como de ampliação das possibilidades profissionais. Não podemos desconsiderar o tempo vivido fora da escola, mas devemos valorizar a vivência e aquisição de conhecimento não sistematizado, porém pautado em experiências, valores e memórias.

Percebo a importância de ajudar os estudantes a realizar uma leitura mais aprofundada, entendendo um pouco mais dos meandros da língua

portuguesa, mais especificamente o recurso da intertextualidade, nos diversos contextos sociais disponíveis no seu dia-a-dia, seja nas mídias televisivas, jornais, revistas, outdoors ou qualquer veículo de comunicação.

O estudante deve ser levado a se ver como leitor tomando a consciência de que é um agente participante e com capacidade crítica, mas que para isso precisa ser um leitor do mundo.

Dessa forma, vamos aliar a interpretação de pequenos textos, com o conhecimento que os estudantes já têm a diversos gêneros textuais, encontrados no dia-a-dia, em comerciais televisivos, revistas, jornais etc.

O ensino de Língua Portuguesa transcende o estudo de regras gramaticais, permitindo a apropriação das diversas variedades linguísticas, sobretudo a variedade padrão da Língua Portuguesa, o que possibilita fazer associações, inferências e interpretações do mundo por meio das intertextualidades. 1º. Momento: serão feitas equipes de quatro componentes e distribuídos entre estas o material de apoio. 2º. Momento: aula explicativa do conteúdo intertextualidade com indagações a respeito do assunto. 3º. Momento: aula expositiva de textos, histórias em quadrinhos, imagens e vídeo no data show, que exemplifique o conteúdo proposto neste plano. 4º. Momento: atividade de fixação, cada grupo irá procurar exemplos de intertextualidade entre os textos e/ou entre imagens em jornais, revistas, histórias em quadrinhos que foram entregues previamente e falar a respeito da comunicação entre eles.

- ***EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGROECOLOGIA***

A necessidade de integrar abordagens e ações que promovem a melhoria do processo de ensino e aprendizagem se estende para os mais diversos contextos e instâncias das unidades de ensino. Dentro de um contexto de raras ou ausentes experiências práticas multi e interdisciplinares, é preconizado o enriquecimento pedagógico, social e cognitivo que propicie o entendimento de fenômenos e processo corriqueiros e cotidianos.

Sob a denominação geral de educação ambiental, diversas abordagens

são efetuadas de modo isolado e estanque, apesar da recomendação de ser efetuada como tema transversal. Segundo a Lei que instituiu um Plano Nacional da Educação, nº 10.172/2001, é definida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente.

De acordo com a Lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional da Educação Ambiental, esta é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. Segundo o Artigo 5º são objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

Nesse contexto, tomando como fundamento a necessidade de integrar, enriquecer e diversificar abordagens pedagógicas, procura-se desenvolver ações e atividades que permitam envolver as distintas disciplinas e campos das ciências da terra, da natureza e da vida, com integração e otimização de esforços e recursos.

Esse projeto tem por objetivo Promover práticas pedagógicas integradas que possibilitem abordagens interdisciplinares, integração escola e comunidade, valorização da produção rural, e propiciem o esclarecimento para a proteção dos recursos naturais e busca da salubridade e segurança ambiental e alimentar.

1. Implantação

- Preparo do solo e água
- Adubação
- Delimitação e marcação
- Plantio

- Irrigação
2. Manutenção
 - Limpezas e capinas – disposição e incorporação de resíduos orgânicos
 - Irrigação – Demanda hídrica, regime e intensidade de rega (Consumo de Recursos Hídricos)
 - Adubações – Ciclo de Carbono, decomposição de matéria orgânica e ciclagem de nutrientes
 - Monitoramento e controle de pragas – relações bióticas entre fauna e flora
 3. Colheita, higienização e acondicionamento – alimentação e salubridade
 4. Entrega e consumo – uso, desperdício e descarte.

Materiais - Práticas agrícolas

Insumos: Adubo: 600 a 800 kg (aprox. 500 litros) de adubo orgânico (esterco de curral/ cama de frango)

Sementes e mudas de Pimentão, salsa, alface, coentro, milho, brócolis, couve, tomate cereja, mamão, maracujá, alho poró, etc

Calcário: 50 Kg

Equipamentos e Ferramentas

Irrigação: Mangueira flexível de Polietileno de 1/2" : 80 m, Adaptador de torneira para mangueira de 1/2", Luvas e emendas para mangueira de 1/2", Conexão em Tê com registro para mangueiras de 1/2", Braçadeira plástica ajustável para conectores, micro aspersores com microtubo e haste, capacidade de 50 l/h., Caixa d'água PVC de 500 l c/ tampa, regadores de 10l.

Ferramentas: Enxada, enxadão, pá, Sacho, Pá de jardinagem, Carrinho de

mão.

- **ALIMENTAÇÃO VIVA E ECOLÓGICA (Uma alternativa de combate às doenças do cotidiano)**

A escolha de uma alimentação saudável interfere diretamente na aprendizagem e na condução da harmonia do corpo físico, emocional e espiritual.

Nesse contexto, a Alimentação Viva, constituída de alimentos crus, germinados ou hidratados, é a maneira de interagirmos com a Natureza, de uma forma mais profunda, utilizando, de maneira eficiente, os nutrientes que Ela nos oferece. Ao comermos sementes (germinadas ou hidratadas), verduras, frutas, algas, cogumelos, ou qualquer alimento cru e integral, estamos preservando a estrutura original do alimento, organizada em nutrientes e enzimas. Ou seja, preservando seu alto potencial solar e vital, generosamente oferecido pela Natureza.

Quais são as consequências da alimentação em nosso organismo? Benéfica ou maléfica? Que alimentos podem promover a saúde? O que são alimentos biogênicos, bioativos, bioestáticos e biocidas?

Devido à baixa energia vital apresentada pelos alimentos biocídicos, o organismo apresentará dificuldades metabólicas, onde a falta das enzimas presentes nos alimentos gera uma sobrecarga na produção de enzimas específicas para digerir tais alimentos.

Esse projeto tem por objetivo Comparar Alimentos Biogênicos e Alimentos Biocídicos focalizando a energia vital fornecida por estes ao corpo e compreender a importância da manutenção da estrutura molecular dos alimentos para estimular a ação das enzimas digestivas presentes em nosso organismo.

O Alimento Biogênico é considerado ideal para o bom funcionamento do organismo, estimulando as enzimas digestivas em nosso processo metabólico.

Por esta razão, pretende-se adotar uma oficina de sucos verdes na

escola, utilizando os brotos e germinados em sua produção, uma vez por bimestre.

Serão plantadas sementes de trigo e girassol para produção de suco verde que servirá como alimento vivo e desintoxicante das células. Paralelamente, serão apresentados alimentos biocídicos (industrializados, processados, refinados, embutidos) para efeito de comparação.

Materiais que serão utilizados:

- a) 04 Bandejas para plantio;
- b) 20 kg de terra adubada;
- c) 01 saco de sementes de trigo;
- d) 01 saco de semente de girassol;
- e) 01 liquidificador;
- f) 01 tesoura;
- g) 01 saco de humos de minhoca;
- h) Hortaliças frescas: couve, rúcula;
- i) Fruta: Maçã, coco verde;
- j) 02 Jarras para suco;
- k) Copos descartáveis.

• **HORA DA HORTA – ENSINO ESPECIAL**

Através do projeto “Hora da horta” os estudantes com deficiência terão contato com a terra, e vão aprender os valores dos alimentos e sua importância de forma prazerosa. A formação da consciência crítica e reflexiva sobre as necessidades de bons hábitos alimentares e de higiene será trabalhada em todo processo e ajudará na formação pessoal e interpessoal. Promovendo socialização entre os estudanes. O projeto se caracteriza por ser uma atividade continuada, portanto, não tem hora ou tempo de duração que possa ser pré-estabelecido. Afinal, uma vez montada a horta é possível imaginar, que a cada ano, novas turmas darão continuidade ao projeto. Essa experiência pode gerar maiores resultados, pois o estudante será propagador entre a comunidade e os familiares.

Tem por objetivo conscientizar o estudante com deficiência da importância do projeto “Hora da horta” como meio de conscientização, alimentação saudável, preservar o ambiente e interesse do estudante pelo agronegócio, sistematizando o ensino e as atividades pedagógicas. As atividades ligadas ao uso do solo tais como remover a terra, plantar, arrancar mato, podar, regar não só constituem ótimo exercício físico como representam uma forma de aprendizado saudável e criativo, tal qual o contato com as coisas da natureza.

Dentro das expectativas desse trabalho executaremos diversos conteúdos, como:

- O solo, o clima e os alimentos;
- Os alimentos e o seu valor nutricional;
- A importância do solo na reprodução de alimentos;
- Os cuidados com a preparação do solo;
- Alimentos e seu valor nutricional;
- Receitas pesquisadas junto a familiares e outras pessoas da comunidade que contenham os alimentos cultivados na horta.

O planejamento do projeto deve ser feito de modo que os estudantes acompanhem todas as etapas do cultivo, participando diretamente de cada uma delas. Mas, antes que os estudantes comecem a ter contato com a terra e as sementes, é importante que a professora procure envolvê-los em uma atividade lúdica que desencadeie a questão do cultivo.

Insumos para a horta:

- Terreno;
- Solo e adubos;
- Terra apropriada;
- Enxadas, enxada, rastelos, ripas de madeiras;
- Sementes variadas;
- Tesoura de poda;
- Faca de colheita;
- Água e oxigenação (clima);
- Sementeiras;
- Material reciclável (garrafa pet, caixotes, tambores, latas);

- Mudas de plantas medicinais.

Parcerias

- CRE de São Sebastião;
- Comerciantes locais;
- EMATER;
- IFB de São Sebastião;
- Embrapa DF.

- **PROJETO HALLOWEEN**

O Halloween tornou-se uma festa tradicional para nossa escola devido ao crescente interesse dos estudantes pela cultura americana. Desenvolver uma festa de Halloween na escola, é dar oportunidade para que os estudantes conheçam um pouco desta festa, aprendam e compreendam palavras em inglês que são usadas no dia-a-dia. Também realizem atividades em grupo favorecendo a interação entre eles, desempenhem tarefas de cunho social oportunizando o convívio com outras pessoas e entidades, valorizando princípios e diferenças.

O Halloween faz parte da tradição norte-americana e é um tema que se pode explorar nas aulas de Inglês, visando integrar a cultura brasileira à americana a partir do estudo dos costumes e tradições que busca conhecer a diversidade cultural no mundo.

Dentro do contexto escolar, procura-se também desmistificar e conhecer na íntegra a origem desta festa como forma de esclarecimento sobre as diversas concepções equivocadas que geram determinados preconceitos ao que se desconhece.

Interagindo com as demais disciplinas do currículo, o assunto será aprofundado oportunizando aos estudantes a multidisciplinaridade.

Em pleno século XXI, era da comunicação e da tecnologia, temos a grande preocupação e o desafio de fazer com que os estudantes conheçam, compreendam e respeitem as diferentes manifestações culturais. Temos na

comemoração do Halloween, uma oportunidade de vivenciar culturas distintas da nossa, uma vez que se trata de uma manifestação Norte Americana.

Desta forma, a escola tem papel preponderante no incentivo à disseminação de novos conhecimentos, propiciando aos discentes a oportunidade de ampliar seus conhecimentos percebendo as diferenças culturais entre os vários países e até, quem sabe, discutir o choque cultural por meio de uma análise crítica de forma de valorizar a cultura brasileira.

O objetivo desse projeto é promover a integração entre culturas, fazendo uso da multidisciplinaridade.

A comemoração do Halloween em nossa escola é dividida em atividades culturais e recreativas. Na parte cultural é enfatizado o conhecimento nas áreas do currículo escolar, onde são envolvidas todas as disciplinas. Na parte recreativa é realizada por meio de brincadeiras, desfile de fantasias, lanche coletivo e baile.

O evento acontecerá no dia 01 de novembro, nas dependências da escola durante as aulas. Todos os estudantes dos turnos matutino e vespertino participarão. Todos os professores estarão envolvidos.

Áreas de Conhecimento envolvidas:

Língua Portuguesa - Leitura e produções textuais; Pesquisa;

História - Pesquisa sobre origem, importância histórica e econômica;

Geografia - Localização geográfica dos países envolvidos nesta manifestação cultural; Estabelecer relação entre localização, cultura e Halloween;

Língua Inglesa - Traduções e produções de texto, músicas alusivas ao Halloween; Incentivar o aprendizado da língua inglesa;

Arte - Confecção de cartazes; Ornamentação; Caracterização dos estudantes;

Apresentações; Arte que trata de personagens como as caveiras mexicanas, seus significados.

Ciências - Estudar os animais e vegetais envolvidos nas lendas do Halloween.

Matemática - Conteúdos (problemas, cálculos) envolvendo personagens do Halloween (abóbora, morcego, bruxa, vassoura...)

Educação Física - Jogos e brincadeiras típicas do Halloween.

- **DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NA ESCOLA**

O Brasil é o país com a segunda maior população negra do mundo. Apesar disso, situações racistas ainda acontecem com certa frequência em diversas esferas da sociedade. A principal maneira de gerar avanços em pensamentos como esses, é justamente por meio da educação. E esta não só no sentido apresentado legalmente, mas como meio de fomentar discussões, rever o que foi posto ao longo do tempo, e principalmente estimular reflexões e soluções práticas para que o fim da discriminação racial finalmente seja alcançado em nosso país.

Celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra é uma forma de levantar questões fundamentais a respeito da importância dos negros na construção da história do povo brasileiro. Para que uma mudança de pensamento aconteça, de fato, é preciso estimular o respeito pelas diferenças desde muito cedo. Nos últimos tempos, vários estereótipos foram deixados de lado, entretanto, ainda há muito o que se fazer nesse sentido. Há muitos conceitos presentes no imaginário popular que precisam ser esclarecidos e desmistificados.

Este projeto visa uma reflexão sobre a situação do negro no passado e no presente para que possamos falar e reconhecer toda a dignidade e a valorosa contribuição desse povo para a riqueza do Brasil e do mundo.

Tem por objetivo valorizar a cultura negra e seus afros descendentes e afros brasileiros, na escola e na sociedade.

As atividades serão desenvolvidas ao longo do mês de novembro: Palestras sobre a cultura negra e bullying; Exposição de trabalhos criados pelos negros; Apresentações artísticas e culturais dos negros; Apresentações de paródias, músicas, e danças. Pesquisas de pessoas negras que realizaram ações importantes no mundo e no Brasil. Apresentações de vídeos educativos sobre o tema; Atividades de colagens sobre as brincadeiras dos negros; Montagens de cartazes sobre discriminação racial, com imagens de revistas e livros usados; Construção de panfletos educativos sobre a valorização da cultura negra. Todas as atividades desenvolvidas serão expostas na culminância a ser realizada no dia 23 de novembro.

- **SERVIDORES READAPTADOS**

O termo readaptação refere-se à situação jurídica que envolve o trabalhador que não se encontra na capacidade laborativa plena para exercer as tarefas de seu cargo. Trata-se de uma pessoa que não está clinicamente apta para fazer o trabalho rotineiro, relacionado à sua função, mas também não é considerada, pela perícia médica, clinicamente inapta para receber uma licença ou se aposentar por invalidez. Nesse sentido, pensar formas e possibilidades de integração desse profissional no âmbito da escola, além, de uma política produtora, simboliza um gesto de respeito e dignidade ao professor.

No contexto das instituições escolares tem sido comum ouvir de professores readaptados dúvidas, angústias, frustrações e reclamações sobre suas atuais condições. A readaptação gera desrespeito, desvalorização profissional, sofrimento, exclusão, restrição de atividades, mudança de função ou de local de trabalho, dentre outros obstáculos para o desenvolvimento da identidade profissional docente. Todavia, a iniciativa em valorizar e respeitar o professor readaptado considerando as suas singularidades restritivas, sinaliza um avanço na construção de uma escola mais humanizada para todos.

O professor readaptado com impedimento para o exercício da atividade docente pode representar um profissional muito importante em outras esferas da dinâmica de uma unidade escolar. Mesmo com algumas restrições laborais, muitas atividades essenciais ao bom funcionamento do cotidiano escolar, transbordam o ambiente da sala de aula. Desta forma, em consonância com as legislações pertinentes à questão, bem como, por reconhecermos a importância desse profissional na composição institucional da escola, incorporamos esta perspectiva ao nosso Projeto Político Pedagógico. Assim, acreditamos que o processo de ampliação dos saberes vivenciado pelos servidores em situação de readaptação contribuirá para ampliar as práticas contextualizadas nos espaços educativos em consonância com o nosso Projeto Político Pedagógico e trazendo, para estes servidores, outras perspectivas de atuação.

A proposição inicial aventada pela unidade escolar será em alocar os professores readaptados em duas atividades que julgamos essenciais na

complementação das atividades pedagógicas da escola: apoio à coordenação pedagógica e na sala de leitura. O professor readaptado poderá atuar nas atividades de planejamento, assistência e atendimento aos professores, estudantes e a comunidade, como também, no assessoramento e apoio aos estudantes e professores na sala de leitura.

A coordenação pedagógica atua em várias frentes no sentido de contemplar todas as demandas relacionadas as suas incumbências. Dessa forma, excetuando às atividades desenvolvidas em sala de aula, o professor readaptado poderia atuar como uma retaguarda pedagógica fundamental nos demais atendimentos. Pela amplitude das atividades realizadas na operacionalização da coordenação pedagógica, a presença dos professores readaptados compreenderia abarcar parte desses atendimentos, o que efetivamente proveria à escola de uma competência maior em seus projetos e atendimentos.

O trabalho com leitura parece estar em um novo patamar nas escolas nos últimos anos. Os professores compreendem a função da leitura em suas diferentes modalidades: leitura pelo professor, leitura pelo estudante, leitura compartilhada, leitura para apresentar aos outros. Ler e apreciar um texto, atribuir sentido a ele, reler, comentar, comparar com outras leituras, ouvir o que dizem outras pessoas sobre o mesmo texto e ampliar seu olhar são ações que a escola pode desenvolver com os estudantes em diferentes faixas etárias, séries e modalidades.

Considerando a relevância da leitura na formação discente, ter um professor à frente de uma atividade de tamanho impacto pedagógico representa um avanço institucional importante. Dessa forma, desenvolveremos planos e possibilidades que envolvam os professores readaptados independentemente das suas disciplinas. O que importa, não seria exatamente a especialidade do professor, mas, a sua capacidade pedagógica em fomentar possibilidades e estímulos adequados aos nossos estudantes.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O artigo 179 do Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, republicado no diário oficial nº 91 de 13/05/2015, normatiza a operacionalização dos critérios avaliativos previstos no artigo 24 da LDB: avaliação formativa, contínua, cumulativa, abrangente, diagnóstica e interdisciplinar, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os fatores quantitativos do desempenho do estudante; avanço de estudos para estudante com defasagem idade-ano; progressão continuada das aprendizagens; recuperação paralela e contínua para estudantes ou grupos de baixo rendimento escolar; e aproveitamento de estudos concluídos com êxito e frequência mínima de 75% do total de horas letivas estabelecido para o ano ou o semestre letivo.

Trabalhar com avaliação é importante, no sentido de que a entendamos vinculada a uma prática educacional necessária para que se saiba como se está, enquanto estudante, professor e conjunto da Escola; o que já se conseguiu avançar, como se vai vencer o que não foi superado e como essa prática será mobilizadora para os estudantes, para os professores, para os pais.

“Avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva” (LUCKESI, 2005, p. 35).

Na busca constante pela excelência do processo de ensino-aprendizagem, o CED São José, busca aliar aspectos formais de avaliação (provas, listas, pesquisas, relatórios, entrevistas, seminários etc) com instrumentos variados para coletar de forma mais ampla as evidências de aprendizagens dos estudantes, seja pela escrita em suas variedades, seja pela oralidade ou por desenhos ou qualquer outra forma de expressão, envolvendo as dimensões cognitiva, afetiva, psicomotora e social no processo avaliativo do estudante.

A diversificação dos instrumentos avaliativos, por sua vez, viabiliza em maior número a variedade de informações sobre o trabalho docente e sobre os percursos de aprendizagem, assim como uma possibilidade de reflexão

acerca de como os conhecimentos estão sendo concebidos pelas crianças e adolescentes. Entender a lógica utilizada pelos estudantes é um primeiro passo para saber como intervir a ajudá-los a se aproximar dos conceitos que devem ser apropriados por eles (LEAL, 2006, p. 103).

Pautado na responsabilidade e no compromisso social com a sua comunidade escolar, o CED São José adotará, também, os seguintes expedientes de acompanhamento e avaliação:

- *Intervenção Contínua*: são estratégias pedagógicas, que a partir de um diagnóstico do estudante e, após o reagrupamento, são empreendidas medidas de ensino complementares ao longo do ano letivo, seguindo o disposto na lei 9.394/96 (LDB), artigo 24, inciso V-e,: “obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.” (grifo nosso). Cury (2006) também faz considerações sobre a recuperação paralela:

À escola compete **prover a recuperação de alunos de menor rendimento**, aos responsáveis dirigentes, segundo as atribuições de cada qual, cabe a busca dos recursos gerais para tal. Outro tema correlato é o da **recuperação paralela** dos estudantes com menor rendimento já que ela é um exemplo do que se deve fazer para garantir o prover. (CURY, 2006, p. 20)

Dessa forma, o estudante passa por um processo constante de acompanhamento e intervenção.

- *Exames externos*: os exames externos realizados (ENEM, OBMEP, ENCEJA etc) são importantes meios diagnósticos, pois verificam as competências e habilidades que deveriam ter sido adquiridas em cada etapa do processo ensino-aprendizagem. Os resultados da avaliação poderão interferir positivamente na oferta de cursos de formação continuada dos recursos humanos do magistério; na reorientação das propostas pedagógicas das escolas; e no planejamento da gestão democrática para promoção do sucesso dos estudantes e na avaliação de políticas educacionais.
- *Conselho de Classe*: de acordo com o Regimento Escolar das

Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da Gestão Democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e das aprendizagens, havendo tantos Conselhos de Classe quantas forem as turmas existentes na unidade escolar. Será composto por: todos os docentes de cada turma e representante da equipe gestora, na condição de conselheiros natos; Pedagogo – Orientador Educacional; representante da carreira Assistência à Educação; representante das famílias e/ou responsáveis legais; representante dos estudantes a partir do 6.º ano do ensino fundamental ou do primeiro segmento da educação de jovens e adultos, escolhidos por seus pares, garantida a representatividade dos estudantes de cada uma das turmas; representantes dos serviços de apoio especializado. O Conselho de Classe pode ser participativo, com a presença de todos os estudantes e professores de uma mesma turma, assim como das famílias e/ou dos responsáveis legais. Compete ao Conselho de Classe: implementar e avaliar a execução da Proposta Pedagógica na perspectiva da avaliação formativa; elaborar o seu Plano de Ação Anual; analisar, de forma ética, aspectos relativos à aprendizagem dos estudantes, considerando: as necessidades individuais; as intervenções realizadas; os avanços alcançados; as estratégias pedagógicas adotadas; projetos interventivos; os reagrupamentos. identificar e propor elementos e ações que promovam as aprendizagens, inclusive mediante a análise dos índices de desempenho; discutir e deliberar sobre ações pedagógicas interventivas; discutir e deliberar sobre a aplicação do regime disciplinar de caráter pedagógico e de recursos interpostos; deliberar sobre os casos de aprovação, reprovação e avanço de estudos . As deliberações emanadas do Conselho de Classe devem estar de acordo com o Regimento Escolar e demais dispositivos legais. O Conselho de Classe se reunirá, ordinariamente, uma vez a cada bimestre ou de acordo com a organização das diferentes etapas e modalidades e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por solicitação

do Diretor da unidade escolar ou de um terço dos membros desse colegiado. Será organizado o funcionamento do Conselho de Classe em conformidade com as Diretrizes da SEEDF. Poderá ser precedido de encontros, para que os grupos possam dialogar com seus pares e auto avaliar-se. A decisão de promoção do estudante pelo Conselho de Classe, discordante do parecer do professor regente de determinado componente curricular, deve ser registrada em ata e no Diário de Classe, no campo “Informações Complementares”, preservando-se nesse documento o registro anteriormente efetuado pelo professor.

Etapas do Conselho de Classe a ser realizado no CED São José:

1ª etapa – pré-conselho realizado em sala de aula, conduzido pelos Orientadores Educacionais, por meio de ata padronizada. A turma avaliará toda a Instituição de Ensino com elogios e sugestões.

2ª etapa – pré-conselho realizado com os professores. Oportunidade de avaliar, individualmente os estudantes da instituição de ensino.

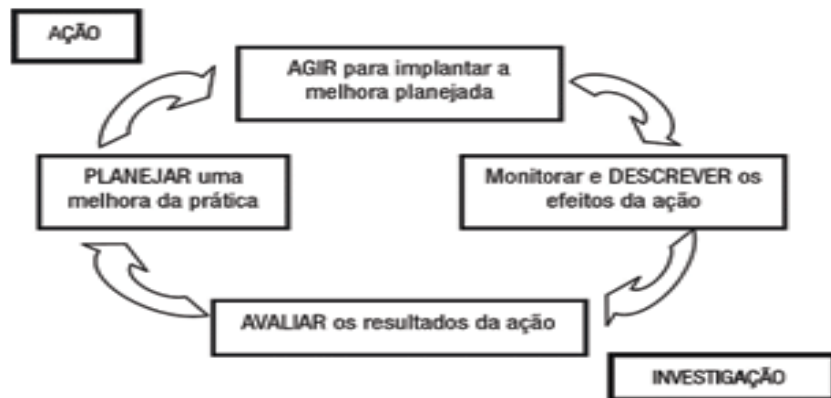
3ª etapa – conselho de classe participativo com entrega de boletins. Participarão os estudantes, responsáveis, professores, orientadores, gestores e coordenadores. A ata do pré-conselho (1ª etapa) é lida; a turma é avaliada pedagogicamente; o professor representante de turma tem a oportunidade de falar; a palavra é passada para o representante da turma e depois para os responsáveis; algumas considerações finais e por último a entrega dos boletins.

Esse processo será feito em horário de coordenação, dispondo uma hora para cada turma.

Dessa forma, o processo avaliativo não deve ser terminal, punitivo, classificatório, seletivo e excludente, mas sim um processo de acompanhamento, mediação, diálogo e intervenção mútua entre o ensino e as aprendizagens, capaz de reorientar a prática docente e informar os estudantes sobre seu percurso de aprendizagem, avaliando-os de acordo com suas diferentes potencialidades.

Enfim, estas são as atividades basilares que norteiam nosso plano de

intervenções pedagógicas. Como um ciclo, devemos seguir como o gráfico abaixo:



Porém, não podemos relativizar o empenho e a dedicação do corpo docente. Estas medidas são apenas complementares, objetivando sanar algumas falhas de aprendizagem. Contudo, acreditamos que a união desses dispositivos, associados a um trabalho competente, seguramente os bons resultados serão uma consequência natural do nosso trabalho.

CONCLUSÃO

Esta proposta pedagógica sintetiza os anseios e práxis da nossa comunidade escolar. Um instrumento simples, mas de grande importância na condução do ordenamento cotidiano.

Sua composição reflete o corolário das ações que se mostraram efetivamente exequíveis em nossa escola. Contudo, o desenvolvimento dos dispositivos elencados na proposta deve ser orientado pela receptividade da comunidade escolar, bem como pelos êxitos obtidos.

Não podemos elaborar uma proposta que trate do planejamento pedagógico de forma “estanque” ou engessada. Devemos pautar nossa percepção num modelo de planejamento aberto e flexível que se adapte e interaja com as mudanças e novas possibilidades de aprimoramento do processo. Uma proposta em si não corrige as distorções, porém, auxilia a escola como um todo a encontrar o melhor caminho para superá-las.

O objetivo da proposta pedagógica do Centro Educacional São José não é quebrar nenhum paradigma, nem tampouco reformular concepções pedagógicas e administrativas historicamente estabelecidas. Nossa meta, orientada por esse documento, visa constituir um modelo de gestão específico às características da sua comunidade. Nesse sentido, pretendemos ao longo deste ano, assegurar o cumprimento integral das diretrizes aqui estabelecidas, como também lançar mão de todos os dispositivos legais para oferecer transparência, credibilidade e sucesso no desenvolvimento das ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar.

BARBIER, Jean. M. *Elaboração de projectos de ação e planificação*. Porto: Porto Editora, 1996.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis- RJ: Vozes, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

CASTILHO, Ricardo. Direito nas escolas: construção de pessoas e de uma sociedade democrática. [Publicado em 15 nov. 2007]. Disponível em: . Acesso em: 12 mai. 2016.

CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em 29 de janeiro de 2012.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm. Acesso em 29 de janeiro de 2012.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 16 DE JULHO DE 1934). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em 29 de janeiro de 2012.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em 29 de janeiro de 2012.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em 29 de janeiro de 2012.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 29 de janeiro de 2012.

Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/unb/file.php/2/convencao.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2012.

CURY, C. R. J. *O direito à educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola.* Brasília: Ministério da Educação, 2006.

Declaração do Milênio das Nações Unidas. Disponível em http://www.pnud.org.br/odm/objetivo_2/ Acesso em 02 de fevereiro de 2012.

Declaração dos Direitos da Criança. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/unb/file.php/2/direitosdacrianca.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2012.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/unb/file.php/2/declaracaomundial.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2012.

DIEM, Liselott. *Brincadeiras e esporte no jardim de infância.* Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1981.

DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado e Educação do. *Currículo em Movimento da Educação Básica: EJA*, 2014.

DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado e Educação do. *Currículo em Movimento da Educação Básica: Ensino Fundamental Anos Finais*, 2018.

DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado e Educação do. *Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em larga escala*, 2014.

DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado e Educação do. *Diretrizes operacionais da Educação de Jovens e Adultos*, 2014.

DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado e Educação do. *Diretrizes pedagógicas para organização escolar do 3º ciclo para as aprendizagens*, 2014

DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado e Educação do. *Regimento escolar da Rede Pública de Ensino*, 2015.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas. In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

DOURARO, Luiz Fernandes, OLIVEIRA, João Ferreira de, e SANTOS, Catarina de Almeida. *A Qualidade da Educação: conceitos e definições.* INEP, Brasília, 2007.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. A qualidade da educação: conceitos e definições. Brasília, DF: INEP, 2007. Disponível em:

http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BF84EAD4-B76E-49DB-8B35-D196B9568685%7D_DISCUSS%C3%83O%20N%C2%BA%2024.pdf. Acesso em 01 de março de 2012.

FARIAS, Maria Lígia Malta de. et al. Movimento e cidadania – uma experiência do ensino do direito para alunos do PROJOVEM. Disponível em: . Acesso em: 12 mai. 2016.

FONTEERRADA, Marisa T. de Oliveira. Linguagem verbal e linguagem musical. *Cadernos de Estudo: Educação Musical*, São Paulo, n. 4/5, p.30-43, 1994.

FRANCO, Creso et al. Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de fatores intra-escolares. In: *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.15, n.55, p. 277-298, abr./jun. 2007.

GONÇALVES, Silas Rodrigues. Fundamentos para a renovação do Direito frente aos desafios do Terceiro Milênio. 1995. Tese (Doutorado em Direito)- Universidade Mackenzie, São Paulo, 1995.

LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de & MORAIS, Artur Gomes de. Avaliação e aprendizagem na escola: a prática pedagógica com eixo da reflexão. In *MEC. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. Brasília: MEC, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da Aprendizagem na escola e a questão das representações sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

LUNKES, Arno Francisco. Escola em tempo integral: marcas de um caminho possível. [Dissertação de Mestrado]. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2004. (Capítulo 1, p. 4-33).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *Programa Ensino Médio Inovador: Documento Orientador*. 2015.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação* n. 23, p. 156-168, 2003.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.

Pacto Internacional relativo aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Disponível em <http://www.cidadevirtual.pt/cpr/asilo2/2pidesc.html>. Acesso em 02 de fevereiro de 2012.

SILVA, Ezequiel T. da. *Elementos de pedagogia da leitura*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SCHULZE, Thiago Rodrigues. *A ética e a estética como princípios norteadores da aprendizagem em um curso de Turismo*. Dissertação de

mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2006.

TENÓRIO ROCHA, José Maria. Folclore e memória cultural. In: *Boletim Maceió Histórias – Costumes, FF-28*, Maceió: IHGA, 1990, p. 95-97.

VASCONCELLOS, Celso S. *Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. 9ª ed. São Paulo: Libertad, 2006. p. 95 e 96.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: _____ (Org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 23. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007. p. 11-35.

Anexo I

<p style="text-align: center;">PLANO DE AÇÃO EQUIPE ESPECIALIZADA DE APOIO À APRENDIZAGEM – EEAA SALA DE RECURSOS ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL 2019</p>
<p>DIMENSÕES DE ATUAÇÃO 1 . Mapeamento Intitucional 6º ao 9º ano</p> <p>PDE/META Meta 2</p> <ul style="list-style-type: none">• Garantir o acesso universal, assegurando a permanência e a aprendizagem dos estudantes a partir dos 6 anos de idade, ao ensino fundamental de 9 anos, assegurando, também, a conclusão dessa etapa até os 14 anos de idade até o último ano de vigência deste Plano. <p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none">• Tomar conhecimento da realidade/situação escolar, contribuindo para superação da realidade apresentada. <p>AÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none">• Realizar levantamento de dados junto a unidade escolar <p>RESPONSÁVEIS</p> <ul style="list-style-type: none">• EEAA - PEDAGOGA <p>CRONOGRAMA</p> <ul style="list-style-type: none">• Abril de 2019 <p>AVALIAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">• Preenchimento de fichas, formulários e intervenções.

DIMENSÕES DE ATUAÇÃO

2. Assessoria ao Trabalho Coletivo Por meio de:

- **2.1 Sensibilização e Oficinas**
- **2.2 Acompanhamento dos familiares de estudantes com transtornos e ANEES**
- **2.3 Adequação Curricular**
- **2.4 Estudos de caso**

PDE/META

- **Meta 2**

Estratégia 2.14

– Reorganizar, por meio de amplo debate com os profissionais da educação, o trabalho pedagógico, buscando melhorar a qualidade da educação.

- **Meta 4**

Estratégia 4.29

– Estabelecer, por meio de parcerias, ações que promovam o apoio e o acompanhamento à família, além da continuidade do atendimento ao estudante com necessidade especial e a sua inclusão no mundo do trabalho e do esporte, possibilitando também a superação das dificuldades enfrentadas no dia a dia.

Estratégia 4.25

– Garantir a ampliação das salas de recursos para atendimento aos estudantes com transtorno global do desenvolvimento, visando à ampliação dos serviços educacionais, oferta de capacitação de recursos humanos, atendimento às famílias, consultoria aos professores e desenvolvimento de pesquisas científicas e produção de recursos pedagógicos especializados.

Estratégia 4.32

Assegurar prioridade, mediante antecipação de matrícula e de atendimento, a todas as crianças com deficiência em idade escolar (de 4 a 17 anos) em todas as escolas comuns públicas e privadas do Distrito Federal

OBJETIVOS

- Resignificar a práxis pedagógica do docente.
- Promover o apoio e o acompanhamento familiar

AÇÕES

- Realizar eventos que promovam a sensibilização da Educação Inclusiva:
(Semana Distrital de Ed. para vida; Dia Nacional das Pessoas com deficiência; Semana de Ed. para a Vida)
Realizar oficinas sobre os seguintes temas: apresentação dos serviços de apoio: Sala de Recursos e EEAA (Pedagoga) para docentes e Adequação Curricular: TDAH, DPAC, DEFICIÊNCIAS (DI,DMU, DF e TGD).
- Realizar reuniões bimestrais/semestrais de acordo com a demanda.
- Realizar apoio e orientações aos docentes quanto ao preenchimento de formulários de adequação curricular.
- Reuniões com docentes, familiares/responsáveis, secretário, supervisor, Orientador Educacional, coordenador e gestor escolar para avaliação a situação escolar do estudante par o ano seguinte.

RESPONSÁVEIS

- EEAA - PEDAGOGA
PROFESSORES SALA DE RECURSOS
- EEAA - PEDAGOGA
PROFESSORES SALA DE RECURSOS
- EEAA - PEDAGOGA
PROFESSORES SALA DE RECURSOS
PROFESSORES DE TURMAS
- EEAA - PEDAGOGA
PROFESSORES SALA DE RECURSOS
ORIENTADOR EDUCACIONAL
COORDENADOR
GESTOR

CRONOGRAMA

- MARÇO/2019
SEMANA 21 DE SETEMBRO
MAIO E JUNHO/2019
- Início do 1º semestre e as demais após o conselho de classe.
- Encontros bimestrais
- Agosto e Setembro/2019

AVALIAÇÃO

- Oral e/ou escrita por meio de questionário.
- Oral e/ou escrita por meio de questionário.
- Através dos relatos dos docentes quanto ao desempenho do estudante e aplicações da adequação curricular.
- A partir da situação do estudante mediante o desenvolvimento escolar, após a realização os trabalhos (Adequação curricular, intervenções e outros) desenvolvidos com os estudantes.

DIMENSÕES DE ATUAÇÃO

- **3. Acompanhamento do Processo de Ensino/Aprendizagem**

*** TRABALHOS DESENVOLVIDOS ESPECIFICAMENTE POR CADA SERVIÇO DE APOIO**

- **3.1 EEAA (Pedagoga)**

Atendimento pela EEAA aos estudantes quer individual/grupo indicado pela unidade escolar que apresentam dificuldade de aprendizagem

- **3.2 Sala de Recursos (Professores)**

Atendimentos individualizados/grupos pelos professores da Sala de Recursos para complementação e suporte das atividades pedagógicas escolares.

*** TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL (SOE).**

- **3.3 SOE (Orientadora Educacional)**

*Apresentação do Serviço de Orientação Educacional ao grupo docente e discente;

*Atendimento pela Orientação Educacional aos estudantes quer individual/grupo indicado pela unidade escolar que apresentam necessidade de atendimento ou pelos próprios colegas de classe.

*Ações junto ao corpo docente;

*Ações junto à família;

* Ações junto à rede social.

3.4 Projetos (Professores)

(Estudantes)

PDE/META

- **Meta 2 e 4**

Estratégia

2.12 Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental, atentando para as especificidades do estudante de forma a garantir a qualidade do atendimento.

4.17 Acompanhar e monitorar em rede o acesso à escola, a permanência e o desenvolvimento escolar dos educandos com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda ou em situação de vulnerabilidade social.

- **Meta 4**

Estratégia

4.11 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, generalista e específico, nas formas complementar e suplementar, a todos os educandos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal.

4.17 Acompanhar e monitorar em rede o acesso à escola, a permanência e o desenvolvimento escolar dos educandos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda ou em situação de vulnerabilidade social

4.29 Estabelecer, por meio de parcerias, ações que promovam o apoio e o acompanhamento à família, além da continuidade do atendimento ao estudante com necessidade especial e a sua inclusão no mundo do trabalho e do esporte, possibilitando também a superação das dificuldades enfrentadas no dia a dia

- **Meta 5**

Estratégia

-Reunião com todo o grupo escolar para apresentação do SOE;

-Escuta aos estudantes de forma individualizada ou coletiva;

-Palestras em sala de aula e Intervenções;

-Oficinas e encontros;

- **Meta 6**

- Reunir com professores nas coordenações e sempre que for necessário;

- Participação de encontros de coordenações, conselhos de classe e reuniões de pais;

- **Meta 7**

-Reunir com as famílias em reuniões e qualquer tempo, quando necessário.

- **Meta 8**

- Manter uma relação intersetorial, Externa de apoio ao Serviço de Orientação Educacional.

- **Meta 9**

Estratégia

– Reorganizar, por meio de amplo debate e reflexão com os profissionais da educação, o trabalho pedagógico, buscando melhorar a qualidade da educação.

- **Meta 10**

Estratégia

-Projeto nos 6º anos, sobre rotina de estudos, regimento escolar e organização do material;

Valorização do estudante a partir do reconhecimento de “Aluno Destaque”, em cada bimestre;

Palestras, por meio de parceiros externos à escola: “Valorização da Vida”;

-Ações de protagonismo com os estudantes.

OBJETIVOS

- Buscar garantir a permanência e o sucesso escolar dos estudantes que necessitam de atendimento especializado quer temporariamente ou de modo permanente.
- Garantir a permanência e o sucesso escolar dos estudantes ANEES que necessitam de atendimento especializado generalista
- *Colaborar no encaminhamento de aluno/s que apresente/m dificuldades de aprendizagem e/ou problemas de ajustamento psicossocial para o acompanhamento especializado adequado no âmbito educacional e/ou da saúde, quando necessário.

- *Entender os conflitos que envolvam os alunos com seus pares e professores.
- Fazê-los ter acesso aos seus direitos e deveres.
- *Acompanhar, individual ou coletivamente os alunos atendendo as suas necessidades.
- Atender individualmente o corpo docente para compreender as demandas;
- Participar de estudo de caso dos/as alunos/as em situação de dificuldade, quando necessário;
- Proceder à devolutiva dos atendimentos/encaminhamentos dos estudantes aos professores, à direção, à coordenação e familiares;
- Valorização do corpo docente e da direção. Propor ações que valorizem o trabalho de todos envolvidos na instituição: acompanhar as datas comemorativas no calendário escolar;
- *Promover oficinas, apresentações e debates de reflexão do processo educacional;
- Convocar pais ou responsáveis
- Aconselhar em relação a demandas de direitos e deveres dos estudantes.
- Contribuir na construção e no fortalecimento da parceria família-escola;
- Encaminhar alunos, pais, professores para equipe de apoio especializada de apoio à aprendizagem, sala de recursos e sala de apoio;
- Estabelecer contatos com parceiros internos (comunidade escolar).
- *Promover oficinas, apresentações e debates de reflexão do processo educacional;
- *Propor ações que valorizem o trabalho de todos envolvidos na instituição.
- *Refletir sobre as práticas pedagógicas e disciplinares desenvolvidas no ambiente escolar;
- *Eleger os representantes de classe .

AÇÕES

- *Escuta do docente, família, estudante em conjunto com observações e se necessário encaminhamentos para serviço externo(médicos, psicólogos e outros profissionais)
 - * Intervenções junto à escola, família e ao estudante(se necessário).
- Atendimento em horário contrário ao escolar de modo complementar com vista à promoção do sucesso do estudante, bem como a inclusão escolar.
- Escuta do docente, família, estudante em conjunto com observações e se necessário encaminhamentos para serviço externo(médicos, psicólogos e outros profissionais);
 - * Intervenções junto à escola, família e ao estudante (quando necessário).
- Ambiente Escolar;
- Sala dos Professores.
- Sala de Aula e preferencialmente no momento da aula de PD

RESPONSÁVEIS

- Pedagoga Itinerante (EEAA)
- Professores de Sala de Recursos Generalista
- SOE- (Orientadora Educacional)
- CVV(Centro de Valorização da Vida).

CRONOGRAMA

- Durante o ano letivo.
- Mês de Fevereiro
- Durante o ano Letivo
- Durante o ano Letivo;
- Mês de Março;
- Mês de Setembro(Setembro Amarelo).
- Durante o ano letivo.

AValiação

- Mediante relatos dos docentes nos conselhos de classe, com foco no

desenvolvimento dos estudante e desempenho escolar.

- A partir da situação do estudante mediante o desenvolvimento escolar ,após a realização os trabalhos (Adequação curricular, intervenções e outros) desenvolvidos com os estudantes.
- A partir da situação do estudante mediante o desenvolvimento escolar, após a realização os trabalhos (Adequação curricular, intervenções e outros) desenvolvidos com os estudantes;
- Mediante relatos dos docentes nos conselhos de classe, com foco no desenvolvimento dos estudantes e desempenho escolar.
- Mediante solicitação da família, quando a situação tem interferido na vida estudantil do aluno.
- Preenchimento de fichas, formulários e intervenções;
- A partir das necessidades apresentadas;
- Após observações;
- A partir de solicitação da equipe gestora;
- Após análise com a equipe pedagógica.
- Após observações;
- A partir de solicitação da equipe gestora;
- Após solicitação de professores e da equipe pedagógica;
- De acordo com a demanda apresentada;
- A partir da participação democrática dos estudantes.

Anexo II

PROJETO OFICINA PEDAGÓGICA

Características do Atendimento:

A oficina pedagógica funciona como um espaço para a aquisição e o enriquecimento de habilidades da vida autônoma e social, cuja prática é centrada no aluno com deficiência, para que se sinta útil e socialmente adaptado. O currículo desenvolvido terá como característica a interdisciplinaridade e como eixo norteador conteúdo do Currículo Funcional/ Adaptado. As atividades são graduais e contínuas, visando à preparação para a vida produtiva, dando ao aluno a liberdade de fazer escolhas, tendo a escola como mediadora.

Para o bom andamento das atividades, faz-se necessário um trabalho voltado para família que assiste o educando, no sentido de orientá-lo a dar continuidade em casa ao processo realizado na escola buscando assim modificar concepções e transformar a prática educacional

Os alunos contam com atividades artesanais, além de atividades pedagógicas e culturais, que são desenvolvidas em blocos simultaneamente, para possibilitar ao aluno a livre escolha e maior satisfação na realização das atividades propostas. Aliadas à confecções de materiais, os alunos participam de atividades do programa de atendimento interdisciplinar: educação física, educação ambiental (horta), artes e informática, que são enriquecidas em sala de aula por meio de brincadeiras, jogos e trabalhos manuais, oportunizando uma contextualização na prática do aluno. Esse trabalho poderá ser estendido aos pais e voluntários em horário complementar, em caráter de parceria, objetivando a presença e envolvimento dos mesmos na dinâmica da oficina pedagógica. Além disso, os casos mais severos contam com a colaboração de um educador social voluntário para o desenvolvimento das atividades propostas.

Objetivo Geral

Oportunizar ao estudante situações práticas e significativas tornando-o o mais autônomo possível dentro da comunidade em que vive, bem como

promover atividades que contribuam para seu desenvolvimento afetivo, motor, social e cognitivo, proporcionando qualidade de vida.

Objetivos Específicos

- Desenvolver habilidades adaptativas e de convívio social;
- Promover situações práticas e contextualizadas, visando à autonomia, construção da autoconfiança e o ajuste biopsicossocial potencializando o processo de desenvolvimento global e a aprendizagem do aluno;
- Desenvolver novos talentos nos alunos estimulando processos de criação e produção cooperativa;
- Elaborar propostas de atendimento educacional individual ou em grupo, para o desenvolvimento de habilidades artesanais, lúdicas e culturais que promovam a socialização dos alunos.

Ações

- Prática de atividades pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de competências na construção de conhecimentos no exercício do pensamento, atenção, percepção, memória e comunicação;
- Exercício de atividades que promovam a convivência entre alunos, professores e toda comunidade escolar, valorizando habilidades e respeitando as limitações;
- Trabalhos pedagógicos do Currículo Funcional/ Adaptado, visando a ampliação do conhecimento e da prática da vida funcional;
- Promoção de atividades visando maior autonomia e independência por meio das AVAs;
- Desenvolvimento de atividades manuais/artesanais, conforme anseio e aptidão dos alunos, com utilização de materiais diversificados;
- Viabilização de parcerias objetivando o fornecimento de matéria prima para a realização das atividades;
- Participação em atividades do cotidiano escolar, feiras e eventos socioculturais, em âmbito interno e externo;
- Atendimento interdisciplinar;
- Confecção de etiquetas com a logomarca da Oficina Pedagógica para serem afixadas nas peças de artesanato produzidas pela turma, com o objetivo de

valorizá-las. Buscar parcerias com instituições públicas e privadas para divulgação do trabalho.

PLANEJAMENTO - OFICINA PEDAGÓGICA

Objetivo Específico: Proporcionar ao aluno, atividade de maior utilidade, ampliando a noção de responsabilidade e de trabalho para sua própria realização pessoal.

<p>Trabalhos manuais</p> <ul style="list-style-type: none"> . Tapetes (retalhos) . Crochê . Quadro (tela) . Bordado (ponto cruz) . Papel (criativo, A4 colorido) . Cestos (jornal/reciclado) . Biscuit (lembrancinhas, vidros, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> . Conhecimento e utilização do material; . Preparação e classificação do material; . Pintura em telas; . Bordado em tecido, sacos, toalhas, etc; . Tecer e trançar; . Noções básicas de costura: riscar, cortar, alinhar, pregar botões, colchetes, costurar; . Confecções de tapetes; . Acondicionamento.
<p>Horticultura</p>	<ul style="list-style-type: none"> . Preparação do solo e suas condições; . Época adequada do plantio; . Uso adequado de ferramentas; . Semeadura e plantio; . Conservação de canteiros; . Colheita; . Conservação dos produtos colhidos; . Ferramentas adequadas; . Seleção de sementes e mudas; . Técnicas de plantio, poda; . Manutenção; . Comercialização;
<p>Produtos feitos com madeira (MDF)</p>	<ul style="list-style-type: none"> . Madeira (MDF) origem, tipo e finalidade; . Conservação e manutenção de todos os materiais; Lixar, planar, medir, riscar, serrar, furar, montar, pregar e colar . Acabamento; . Consertos e reformas; . Embalar; . Comercializar.

Outros programas poderão ser desenvolvidos de acordo com a realidade, necessidade do aluno e da escola. Para todas as atividades deve-se

obedecer a graduação de dificuldades preparando o aluno para desenvolvê-la independentemente, procurando nelas sua própria auto realização. A avaliação será através de observações do desempenho do aluno na atividade dada, planejamentos mensais, avaliações diárias, relatórios semestral e anual.

PLANEJAMENTO: ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA E ATIVIDADES DE VIDA PRÁTICA

Objetivo Geral: Proporcionar ao aluno atividades visando ampliar a noção de responsabilidade e de trabalho para sua própria independência, realização pessoal e relacionamento social.

Objetivo Específico: Trabalhar, visando atividades dentro das áreas de AVD (Atividades de Vida Diária), AVP (Atividades de Vida Prática), lazer e relacionamento social.

Ações: Incluem as atividades relacionadas a higiene pessoal, vestuário, alimentação, organização e limpeza do ambiente, etc. Atividades essas que buscam a independência, autonomia e integração do aluno com deficiência na sociedade. E será feita uma avaliação diagnóstica descritiva inicial com a família.

Anexo III

OUTRAS AÇÕES		
TEMA	ATIVIDADE	CRONOGRAMA
Reposição de aula – dia letivo móvel (21/06)	Conselho de Classe Participativo	04/05
Reposição de aula – dia letivo móvel (08/07)	Festa Junina	15/06
Reposição de aula – dia letivo móvel (17/10)	Culminância do Projeto Feira Cultural e Científica	26/10
Reposição de aula – dia letivo móvel (18/10)	Culminância do Projeto Consciência Negra	23/11
Festival de Inglês	Apresentações de músicas, danças e poemas e/ou poesias em inglês com a participação de alunos e professores.	2º bimestre